



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

**FACULDADE DE DIREITO**

**BRUNA GABRIELA S. G. DOS SANTOS**

**BITCOIN: UMA PESQUISA SOBRE A CLASSIFICAÇÃO  
ECONÔMICO-JURÍDICA NO BRASIL DIANTE DO QUADRO  
REGULATÓRIO NACIONAL E INTERNACIONAL**

**BRASÍLIA-DF**

**2019**

**BRUNA GABRIELA S. G. DOS SANTOS**

**BITCOIN: UMA PESQUISA SOBRE A CLASSIFICAÇÃO  
ECONÔMICO-JURÍDICA NO BRASIL DIANTE DO QUADRO  
REGULATÓRIO NACIONAL E INTERNACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito parcial à  
obtenção do título Bacharel em Direito, da  
faculdade de Direito da Universidade de  
Brasília.

Orientador: Prof. Dr. Othon de Azevedo  
Lopes

**BRASÍLIA**

**2019**

S. G. dos Santos, Bruna Gabriela

BITCOIN: UMA PESQUISA SOBRE A CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICO-JURÍDICA NO BRASIL  
DIANTE DO QUADRO REGULATÓRIO NACIONAL E INTERNACIONAL/ Bruna Gabriela S. G. dos  
Santos.

Brasília. UnB, 2019.

Orientador: Prof. Dr. Othon de Azevedo Lopes

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Universidade de Brasília.

Curso de Direito. Brasília, 2019.

1.Direito econômico; 2.moeda; 3.criptomoeda; 4.Bitcoin; 5.regulação. I - Orientador Lopes,Othon. II -  
Universidade de Brasília. Curso de Direito. BITCOIN: UMA PESQUISA SOBRE A CLASSIFICAÇÃO  
ECONÔMICO-JURÍDICA NO BRASIL DIANTE DO QUADRO REGULATÓRIO NACIONAL E  
INTERNACIONAL.



## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar eu gostaria de agradecer à minha família, que me acompanhou e apoiou desde os estudos para o ingresso na UnB até a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso. Em especial eu gostaria de agradecer aos meus pais, que me apoiam e acreditam em mim antes de eu acreditar em mim mesma. Sem eles eu não teria tomado uma série de atos de coragem que me renderam grandes frutos em minha existência, e sem eles eu nunca teria aprendido a levantar e tentar novamente quando algo não sai como planejado. Por isso, obrigada pelos momentos de descanso e também pelos momentos de motivação, ainda que às vezes essa motivação chegue de formas duras. Agradeço também ao meu irmão, por ser meu melhor amigo em todas as horas e ser tão presente mesmo quando temos agendas tão ocupadas. Obrigada pelas longas conversas ao telefone acerca do tema e de todos os pormenores que fazem parte de uma monografia (dúvidas normais que procurei sanar com alguém que confio, admiro e já tinha sobrevivido à circunstâncias idênticas às minhas).

Não posso deixar de falar de minha tia Arleide, grande acadêmica da família, que desde minha infância contribuiu com os custos de minha educação e incentivou o interesse nos estudos. Essa minha conquista da graduação, assim como as outras, é um mérito que partilho com ela.

Agradeço ainda minha psicóloga Keli Rodrigues, por aguentar as lamúrias sobre a impossibilidade de escrever uma monografia ou como lidar com essa nova etapa do curso. Creio que sem ela o processo produtivo do trabalho teria sido deveras mais estressante do que o necessário. Sou muito grata pelas boas conversas e pelos ensinamentos passados.

No mais, agradeço a todos os meus familiares, amigos e colegas que participaram de alguma forma dessa jornada. O momento de passagem pela faculdade teve grande papel em moldar a adulta que desejo ser e cada um de vocês contribuiu ao partilhar ensinamentos e memórias que fizeram de mim uma versão melhor do que ontem e pior que amanhã.

## RESUMO

O advento da globalização e o avanço tecnológico da atualidade causaram a revolução de conceitos antes consolidados na ciência do direito. Nesse sentido, novas criações como as criptomoedas ainda são alvo de grande divergência no que tange à sua regulação econômico-jurídica nacional e internacionalmente em um sistema que outrora não possuía tal elemento. Assim, dadas as discussões ainda controversas sobre o tema, são levantados questionamentos como a conceituação desses novos sistemas e tecnologias, a viabilidade de sua regulação, bem como uma comparação com as principais abordagens regulatórias adotadas pelos demais países, no intuito de compreender qual a classificação e a atuação dos agentes jurídicos brasileiros atualmente sobre o tema.

**Palavras-chave:** direito econômico; moeda; criptomoeda; Bitcoin; regulação.

## ABSTRACT

The arrival of globalization and the technological advance of today have provoked change on concepts once consolidated in the science of law. In this sense, new creations such as cryptocurrencies are still subject to great divergence regarding their economic and legal regulation nationally and internationally in a system that once did not have such an element. Thus, given the still controversial discussions on the subject, questions are raised such as the conceptualization of these new systems and technologies, the feasibility of their regulation, as well as a comparison with the main regulatory approaches adopted by other countries, in order to understand what classification and approach is currently being performed on the subject by the legal agents in Brazil.

**Keywords:** economic law; currency; cryptocurrency; Bitcoin; regulation.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO 1 - CONCEITOS E DEFINIÇÕES RELEVANTES</b>	<b>11</b>
1.1. CONCEITOS	11
1.1.1. Banco Central Europeu	12
1.1.2. Banco de Compensações Internacionais	14
1.1.3. Fundo Monetário Internacional	14
1.1.4. Banco Mundial	15
1.1.5. Definição Atual	15
1.2. DEMAIS CONCEITOS RELEVANTES	16
1.2.1. Tecnologia de Registro Distribuído e Blockchain	17
1.2.2. Mineradores	19
1.2.3. Provedoras de Exchange	20
São empresas que oferecem serviços relacionados a operações com criptoativos, tais como: negociação, custódia, intermediação, entre outros. Esses serviços podem ser contratados mediante pagamento em dinheiro “real” ou com outros criptoativos e, também, podem ser prestados em diferentes localidades do globo, sem a existência de barreiras físicas (ainda que possam ser expostas limitações legais, como será discutido adiante).	20
1.2.4. Operações com Criptomoedas	20
1.3. OPINIÕES DIVERGENTES SOBRE A APLICABILIDADE DAS CRIPTOMOEDAS NO CENÁRIO MUNDIAL CONTEMPORÂNEO	21
<b>CAPÍTULO 2 - ESTUDO DOS PRINCIPAIS POSICIONAMENTOS REGULATÓRIOS ENCONTRADOS NO ÂMBITO INTERNACIONAL</b>	<b>25</b>
2.1. A PROIBIÇÃO DO BITCOIN FRENTE AO RÁPIDO CRESCIMENTO TECNOLÓGICO	26
2.2. A CLASSIFICAÇÃO DO BITCOIN COMO UM ATIVO OU MEIO DE PAGAMENTO	31
2.2.1. Direito comparado: legislações e seus efeitos ao classificar o Bitcoin como um ativo	31
2.3. OUTRAS REGULAÇÕES E LOCAIS PIONEIROS NO QUE TANGE À MEDIDAS REGULATÓRIAS E LEGISLAÇÃO (SUÍÇA, JAPÃO, E O ESTADO DE WYOMING NOS ESTADOS UNIDOS)	46
2.3.1. Suíça	46
2.3.2. Novas Regras Editadas no Japão em 2019	48
2.3.3. O Estado de Wyoming nos Estados Unidos	52
<b>3. CAPÍTULO 3 - COMPARATIVO CRONOLÓGICO DO QUADRO REGULATÓRIO INTERNACIONAL E DO APRESENTADO NO BRASIL</b>	<b>62</b>
3.1. AVANÇO CRONOLÓGICO DO POSICIONAMENTO BRASILEIRO SOBRE O TEMA	62
3.1.1. Comunicado n. 25.306 Banco Central, 2014.	62

<b>3.1.2. Receita Federal, 2014.</b>	<b>65</b>
<b>3.1.3. Projeto de Lei n. 2.303/2015.</b>	<b>67</b>
<b>3.1.4. Comunicado n. 31.379 Banco Central, 2017.</b>	<b>70</b>
<b>De pronto, nota-se uma controvérsia semelhante à comentada no tópico 3.1.2 em virtude da classificação do Bitcoin como um ativo, mas sua taxação fazendo uso de conceitos aplicáveis a uma acepção de moeda.</b>	<b>71</b>
<b>3.1.5. Instrução Normativa n. 1.888/2019, Receita Federal</b>	<b>71</b>
<b>3.1.6 Projeto de Lei 2.060/2019</b>	<b>73</b>
<b>3.1.7. Projeto de Lei 3.825/2019</b>	<b>75</b>
<b>3.1.8. Nota do Banco Central</b>	<b>78</b>
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>80</b>
Estatísticas do setor externo. Banco Central do Brasil. Disponível em < <a href="https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticassetorexterno">https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticassetorexterno</a> >, acesso em 18/10/2019, 15:10.	78





## INTRODUÇÃO

É inegável que o avanço da tecnologia tem causado efeitos em diferentes searas como economia, direito, cultura, entre outros. Não somente isso, mas a globalização como elemento inerente ao contexto atual faz com que as consequências provenientes de fenômenos exógenos ao país se alastrem causando resultados do outro lado do planeta.

Nesse sentido, é natural que tecnologias inovadoras levantem questionamentos a respeito de como recepcioná-las e aplicá-las a ordenamentos jurídicos preexistentes de forma a não comprometer nem o desenvolvimento de novas ferramentas tecnológicas, nem expor os Estados ou seus cidadãos a situações de risco econômico ou jurídico num contexto interno e externo.

É nesse ponto que dá-se início à discussões como a regulação das criptomoedas: tecnologia criada em 2009 mas que ainda levanta muita controvérsia, sendo uma delas a viabilidade de sua regulação sem causar risco aos usuários dessa rede, sem minar a autoridade dos estados ou arriscar desequilíbrios na economia.

A hipótese, ne égide do projeto, era a de que a regulação de criptomoedas era inviável pelo fator descentralizado da sua tecnologia. Ainda mais, supunha-se que sua fiscalização não poderia ser feita devido ao caráter privado da mesma. Com relação à sua confiabilidade e segurança, tomando como base o conhecimento que se tinha sobre a postura do Banco Central até então sobre o assunto, supunha-se que o sistema oferecia riscos altos ao ponto de não ser viável ou seguro o investimento ou a manutenção do uso dessa tecnologia a longo prazo.

Assim, foi feita uma pesquisa sobre a classificação e postura regulatória adotada pelos países e pelas organizações internacionais, buscando entender como esse novo sistema vem sendo recepcionado pelos ordenamentos jurídicos estrangeiros, numa tentativa de estabelecer uma base comparativa de análise com as medidas adotadas até o presente momento no Brasil.

Nesse contexto, este trabalho pretende fazer uso de uma pesquisa descritiva por meio da análise de documentos para: conceituar elementos relevantes, verificar os posicionamentos de regulação adotados majoritariamente pelos países num âmbito interno e, por fim, compará-los com as ações tomadas no âmbito brasileiro,

no intuito de analisar se é viável uma integração dessa tecnologia ao cenário econômico-jurídico interno e qual seria a tendência mais indicada com base nos exemplos de regulação externa.

## 1. CAPÍTULO 1 - CONCEITOS E DEFINIÇÕES RELEVANTES

### 1.1. CONCEITOS

Antes de abordar propriamente os efeitos das criptomoedas no âmbito nacional e internacional é preciso conceituar e esclarecer o objeto em estudo, bem como seu modo de funcionamento, tarefa que pode mostrar-se mais complexa do que o antecipado.

O primeiro conceito que se faz necessário, a título de diferenciação entre o que tem-se por moeda “real” e criptomoedas, é o significado da palavra moeda na acepção tradicional utilizada pelos Estados e Organizações Internacionais: “*the money that is used in a particular country at a particular time*”<sup>1</sup>. Definição que, numa tradução livre, pode ser colocada como: “o dinheiro que é usado em um país particular num tempo específico”.

Veja-se que a conceituação vincula a existência de uma moeda à um país, ou seja, à uma autoridade Estatal ou a um banco central.

Em contrapartida, segundo o dicionário da Universidade de Oxford, criptomoeda pode ser conceituada como “uma moeda digital<sup>2</sup> na qual técnicas de

---

<sup>1</sup> **CURRENCY: meaning in the Cambridge English Dictionary.** Cambridge Dictionary. Disponível em: <<https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/currency>>.

<sup>2</sup> Até os dias atuais ainda existe uma certa inconsistência conceitual para em quais circunstâncias devem ser utilizados os termos “moeda digital”; “moeda virtual”; “moeda eletrônica” e “criptomoedas”. A acadêmica Nicole Fobe, entre as páginas 47 e 55 de sua dissertação de mestrado, elucida o tema com uma classificação (que foi a escolhida para utilização na presente pesquisa) explicando que dinheiro eletrônico é aquele mantido e administrado por instituições financeiras de forma eletrônica, ou seja, é o dinheiro oficial de bancos, em formato eletrônico. Enquanto isso, as moedas digitais seriam aquelas que não podem ser traduzidas em moedas físicas e que dependem do suporte da internet a todo tempo. Em termos gerais, elas não possuem um valor próprio.

Por sua vez, moedas virtuais seriam unidas de um valor próprio independente de poderem ser convertidas em moedas oficiais ou não e, por isso, se faria necessária a diferenciação apresentada. Finalmente, a palavra “criptomoedas” representaria um novo conceito, que se relacionaria com o caráter virtual dos demais termos apresentados, mas também iria além devido às características intrínsecas ao Bitcoin e seus semelhantes.

“Isso porque as moedas digitais têm, em última instância, uma conversibilidade implícita. Elas existem na medida em que são conversíveis em uma ou mais moedas oficiais – dependendo para isso de algo análogo a um ente central, que organiza suas atividades e as taxas de conversão. Moedas virtuais, por sua vez, circulam em uma comunidade específica e possuem valor mesmo sem a conversibilidade. Ou seja, o objetivo último de deter uma moeda virtual não é, como ocorre com as digitais, convertê-la em Dólar, Euro ou Real. A moeda virtual possui valor por si só.” Fobe, Nicole Julie. **O Bitcoin como moeda paralela – uma visão econômica e a multiplicidade de desdobramentos jurídicos.** 2016. pp. 47-55.

criptografia são utilizadas para regular a criação de unidades monetárias e verificar a transferência de fundos, operando independentemente de um banco central”<sup>3</sup>.

Vale destacar que o termo criptografia faz referência à codificação feita em determinados arquivos, tornando as informações nele contidas acessíveis somente para os indivíduos que possuem uma chave/senha de decodificação.

É de fácil percepção, portanto, que a conceituação oficial do que seria uma moeda corrente e reconhecida pelos Estados não se assemelha ao sistema sobre o qual funciona hoje a plataforma das criptomoedas e o *blockchain*. Vale destacar que ambos os conceitos mencionados são extremamente interligados, de modo que usualmente são definidos em conjunto. Contudo, para tornar o conteúdo o mais didático possível, dividiu-se a definição ponto a ponto.

Mais ainda, é importante frisar que, seja em virtude da origem relativamente recente desta ferramenta, seja pela grau de complexidade e proliferação desta tecnologia, tal definição pura e simples não se reveste de um consenso mundial, existindo grande leque de conceitos provenientes das mais diversas instituições de alta credibilidade em pleno desenvolvimento ao redor do globo. Nesse sentido, no interesse de buscar uma definição de criptomoeda minimamente adequada à análise do presente estudo, e construir o arcabouço teórico para o restante do artigo, interessa apresentar a evolução das classificações de criptomoedas sob o ponto de vista das principais organizações ao redor do mundo.

#### 1.1.1. Banco Central Europeu

O Banco Central Europeu classificou criptomoedas, ainda em 2012, como uma subcategoria de moeda virtual, qual seja<sup>4</sup>: “moeda não regulamentada, emitida e controlada por seus criadores, e aceita somente entre membros de uma mesma comunidade online”.

Segundo essa entidade, o acesso à moedas virtuais se dá usualmente de duas formas: mediante o câmbio de dinheiro “real” por “crédito” online (o que levanta

---

<sup>3</sup> **cryptocurrency: Definition of cryptocurrency by Lexico.** Lexico Dictionaries | English. Disponível em: <<https://en.oxforddictionaries.com/definition/cryptocurrency>>.

<sup>4</sup> **EUROSYSTEM, European Central Bank. Virtual Currency Schemes.** Germany, 2012. Disponível em: <<https://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/other/virtualcurrencyschemes201210en.pdf>>, pp. 13, acesso em 21 mai. 2019.

questionamentos à respeito da existência de lastro por trás dessa transferência); ou por meio da obtenção crédito em troca de tarefas executadas dentro da plataforma virtual (modo utilizado pelos intitulados “mineradores”, por exemplo, que serão explicados mais adiante).

Nesse contexto, existiriam três tipos de sistemas monetários virtuais:

i) Sistema fechado: mais conhecido pela sua utilização em jogos online, esse tipo de sistema normalmente só permite a troca de serviços e dinheiro da própria plataforma. Em outras palavras, há somente um universo individualizado no qual o dinheiro virtual é válido para adquirir bens e serviços pertencentes aquele mesmo sistema.

ii) Sistema com fluxo unidirecional: neste caso a moeda considerada “real” é trocada em transações de câmbio, numa espécie de cópia do sistema utilizado na conversão de moeda entre diferentes Estados. Desse modo, o dinheiro real é convertido em moeda virtual e pode ser utilizado para comprar bens e serviços existentes na rede. Dá-se a esse sistema o nome de fluxo unidirecional porque a moeda digital não pode ser convertida de volta para o dinheiro “real” (em termos, é como houvesse uma espécie de cartão pré-pago no qual são depositados, via dinheiro “real”, créditos virtuais que se esgotam em seu fim).

iii) Sistema com fluxo bidirecional: nesse sistema o funcionamento da moeda virtual se dá com status equivalente à da moeda que aqui denominamos como “real”. O sistema é aberto e interdependente. As transações são operadas tanto da plataforma virtual para “real”, quanto da “real” para virtual, de modo que bens materiais e reais podem ser adquiridos por dinheiro virtual e vice versa. Este é o modelo de sistema no qual se encaixam as criptomoedas.

Em outras palavras: enquanto o primeiro sistema apresentado é completamente isolado do mundo real e o dinheiro gasto - bem como suas transações - não são relevantes para os indivíduos do universo externo àquela plataforma, no caso das criptomoedas e do sistema bidirecional há a circulação de um novo ativo que influi no mercado, ainda que este não se adeque ao conceito tradicional da palavra moeda ou não seja plenamente reconhecido pelas autoridades internacionais.

### 1.1.2. Banco de Compensações Internacionais<sup>5</sup>

Em 2015 o Banco de Compensações Internacionais editou documento no qual foram elencadas as principais características das moedas digitais e, consequentemente, das criptomoedas:

i) o primeiro elemento marcante é a suscetibilidade dessas moedas aos efeitos de demanda e procura. Ou seja, do ponto de vista econômico, não há um valor fundamental estipulado para elas fora do referencial de mercado. O documento estabelece um paralelo com o conceito de *commodity*, por exemplo, exceto que neste caso a moeda digital só pode ser valorada enquanto houver partes interessadas em sua transação.

ii) o segundo elemento é a forma como são validadas e armazenadas as informações referentes às transferências. Seguindo o modelo chamado de *peer-to-peer* cada computador conectado à rede funciona como emissor e receptor de informações simultaneamente, formando uma teia de informação que se auto sustenta e fiscaliza as transações efetuadas no sistema, dispensando a existência de intermediários. Esse modelo se correlaciona diretamente com o modo de verificação das transações monetárias feitas na plataforma, também chamado de *proof of work*, que será explicado adiante.

iii) o terceiro elemento é colocado pelo Banco de Compensações como “arranjo institucional” e faz referência a todas as partes envolvidas na rede interna da moeda digital (provedores de serviço, emissores de moeda, vendedores), com uma observação ao fato de que em alguns tipos de sistema esses indivíduos não são identificáveis.

### 1.1.3. Fundo Monetário Internacional<sup>6</sup>

No ano seguinte, o Fundo Monetário Internacional estabeleceu conceito que se assemelha ao do Banco Central Europeu no que tange às criptomoedas como

---

<sup>5</sup> **COMMITTEE ON PAYMENTS AND MARKET INFRASTRUCTURES, Bank For International Settlements. Digital Currencies.** 2015. Disponível em <<https://www.bis.org/cpmi/publ/d137.pdf>> acesso em 23 mai 2019, pp.8.

<sup>6</sup> **INTERNATIONAL MONETARY FUND, Monetary and Capital Markets, Legal, and Strategy and Policy Review Departments. Virtual Currencies and Beyond: Initial Considerations.** 2016. Disponível em <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/sdn/2016/sdn1603.pdf>>, acesso em 22 mai 2019.

uma subcategoria de moeda virtual: obtidas e armazenadas digitalmente entre usuários de uma mesma rede.

Mas, mais ainda, o documento destaca a utilização da criptografia nesse tipo de sistema bem como a ausência de uma autoridade central que fiscaliza as operações efetuadas na rede. Em verdade, essa competência que tradicionalmente era dada a Banco Central, por exemplo, é repassada e fracionada entre os diversos participantes do sistema fazendo com que a moeda não “dependa” de uma terceira parte envolvida no processo e tornando-o ainda mais autônomo.

A essa cadeia interconectada de computadores é dado o nome de *blockchain* e seus “fiscais” são todos os computadores simultaneamente conectados na plataforma.

#### 1.1.4. Banco Mundial<sup>7</sup>

No ano de 2017, o Banco Mundial ressaltou o caráter mutável do conceito em estudo e a ausência de uma definição universal para o termo criptomoedas. Assim, com base nos parâmetros supracitados do Banco de Compensações Internacionais, foi formulado o conceito de que criptomoeda é: um dinheiro digital, com seu próprio valor de medida, que faz uso da criptografia e se difere do chamado *e-money*, que é tão somente uma forma de pagamento digital.

#### 1.1.5. Definição Atual

Mesmo anos após o surgimento das primeiras criptomoedas, seu conceito ainda não foi plenamente estabelecido e permanece nebuloso dentro dos liames da comunidade internacional, apresentando diferentes definições de acordo com o posicionamento adotado por cada país sobre o tema. Intencionalmente ou só por consequência do avanço desenfreado da tecnologia, o fato é que no momento da elaboração do presente estudo ainda não havia uma definição técnica e uma de criptomoedas proferida por autoridades oficiais, o que demonstra por si só a

---

<sup>7</sup> WASHINGTON, International Bank for Reconstruction and Development/ the World Bank. **Distributed Ledger Technology (DLT) and Blockchain**. 2017. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/177911513714062215/pdf/122140-WP-PUBLIC-Distributed-Ledger-Technology-and-Blockchain-Fintech-Notes.pdf>>, acesso em 23 mai 2019.



velocidade de criação dessa tecnologia e a necessidade de maiores estudos na área.

Um dos documentos mais recentes encontrados sobre o tema, datado de 2018 e emitido pelo Parlamento Europeu, traz em sua grande maioria as definições já mencionadas acima, e resume a conceituação de criptomoedas como:

a digital representation of value that (i) is intended to constitute a peer-to-peer ("P2P") alternative to government-issued legal tender, (ii) is used as a general-purpose medium of exchange (independent of any central bank), (iii) is secured by a mechanism known as cryptography and (iv) can be converted into legal tender and vice versa. (Prof. Dr. HOUBEN, Robby e SNYERS, Alexander, **Cryptocurrencies and Blockchain**, European Parliament, 2018, p. 23)<sup>8</sup>.

Diante desse conceito, entende-se que criptomoedas são uma unidade de valor que pode ou não ser trocada para moedas de valor real e reconhecidas em Estados, possibilitando transações e troca de serviços mediante uso dessa ferramenta como pagamento. Exatamente pela valorização das criptomoedas, a possibilidade de circulação de capital e a nebulosidade do tema é que se justifica o presente estudo.

## 1.2. DEMAIS CONCEITOS RELEVANTES

Feitas as considerações a respeito do conceito de criptomoedas, interessa explicar os outros elementos que influem diretamente no funcionamento desses sistemas digitais, principalmente a tecnologia de registro distribuído (da qual surge o conceito de *blockchain*) e o papel dos chamados "mineradores".

---

<sup>8</sup> uma representação digital de valor que (i) se destina a constituir uma alternativa ponto a ponto ("P2P") a um curso legal emitido pelo governo, (ii) é usada como meio de troca de uso geral (independente de qualquer central) (iii) é garantido por um mecanismo conhecido como criptografia e (iv) pode ser convertido em curso legal e vice-versa. **EUROPEAN UNION, European Parliament. Cryptocurrencies and blockchain**. Brussels. 2018. Disponível em <http://www.europarl.europa.eu/cmsdata/150761/TAX3%20Study%20on%20cryptocurrencies%20and%20blockchain.pdf>, acesso em 23 mai 2019, p. 23.

### 1.2.1. Tecnologia de Registro Distribuído e Blockchain<sup>9 10 11</sup>

A tecnologia de registro distribuído é o sistema que permite o funcionamento descentralizado das criptomoedas. Como já explicado acima, é formada uma espécie de *database* compartilhada, em que os dados são salvos e processados em todos os computadores ao mesmo tempo. Dessa forma, todo o sistema é interconectado, como uma teia de aranha, e os dados circulam por todo ele simultaneamente. A cada adição de novo conteúdo no sistema a rede se expande, mas o compartilhamento e verificação de dados permanece o mesmo.

Numa explicação mais técnica, o sistema de registro distribuído é composto por uma rede de servidores, chamados de nós (ou *nodes*, em inglês) que controlam e hospedam a base de dados simultaneamente. Não há um servidor central que faz o processamento de dados, mas sim toda uma rede que opera o sistema. Assim, ocorre o idêntico armazenamento de informações em cada ponto de memória (*ledger*, em inglês) e cada novo dado acrescentado à rede é automaticamente compartilhado com os demais nós.

Interessante frisar que uma das traduções diretas do termo *ledger* é justamente “livro de contabilidade”. Dentro do contexto do estudo das criptomoedas essa tradução é extremamente adequada, uma vez que do ponto de vista prático a função desses servidores é justamente essa: manter um registro contábil e imutável dos dados que circulam na rede.

No caso das criptomoedas, foi criado o sistema denominado como *Blockchain*, ou corrente de blocos numa tradução livre. A criação desse tipo de rede distribuída se deu a princípio com o intuito de atender à um propósito específico: controlar as operações feitas com criptomoedas e garantir que uma mesma unidade de moeda não fosse gasta diversas vezes em operações distintas (em inglês, *double-spending*). Assim, foi formulado este sistema de armazenamento de dados

---

<sup>9</sup>WASHINGTON, International Bank for Reconstruction and Development/ the World Bank. **Distributed Ledger Technology (DLT) and Blockchain**. 2017. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/177911513714062215/pdf/122140-WP-PUBLIC-Distributed-Ledger-Technology-and-Blockchain-Fintech-Notes.pdf>>, acesso em 23 mai 2019.

<sup>10</sup>HOUBEN, R. e SNYERS, A.; **Cryptocurrencies and Blockchain**, European Parliament, Policy Department for Economic, Scientific and Quality of Life Policies; Directorate General for Internal Policies. Julho 2018.

<sup>11</sup>NAKAMOTO, S.; **Bitcoin: A Peer-to-Peer Electronic Cash System**. Disponível em <<https://bitcoin.org/bitcoin.pdf>>, acesso em 25 de maio de 2019.

em cadeia (por isso o nome “cadeia de blocos”) do qual nenhum dado pode ser removido e novos blocos apenas podem ser acrescentados depois de serem validados pelos mineradores - termo que será explicado adiante.

Esse sistema difere da definição *lato sensu* de rede distribuída por fazer uso da criptografia, ou seja, ainda que os dados estejam compartilhados e armazenados em todos os nós da rede, só aqueles com a chave adequada poderão ter acesso à informação contida naquele bloco específico da cadeia. Isso faria com que a detalhes privados a respeito da transação fossem mantidos em sigilo, mas, em contrapartida, o sistema de transferência continuasse seguro e confiável por existir um histórico público e imutável das transações efetuadas na plataforma.

Com relação a chave supracitada, esta funciona como uma espécie de assinatura digital que permite o acesso às transações online. Cada usuário da rede possui suas chaves (como senhas) que ficam armazenadas em uma carteira digital (*wallet*). Além da chave privada, existe também uma chave pública para cada usuário da rede: um código utilizado como uma espécie de endereço eletrônico com o objetivo de validar a identidade dos indivíduos participantes de uma transação digital.

Outro ponto crucial a respeito da tecnologia *blockchain* é que, mesmo sem ter acesso à informação do bloco em si, a cadeia é imutável e a mesma unidade de moeda não poderá ser confiada a mais de uma operação distinta.

Vale frisar que existem duas subcategorias de *blockchain*, as abertas e fechadas. Em termos simples, na versão de sistema aberto, qualquer indivíduo com acesso à internet pode entrar no sistema e adicionar operações à cadeia (esse é o tipo operado pela maioria das criptomoedas). Já na subcategoria fechada de *blockchain* há um administrador que autoriza ou não a entrada de cada indivíduo no sistema. Esse é um dado relevante uma vez que existem dezenas de criptomoedas utilizando diversas configurações distintas atualmente no planeta.

### 1.2.2. Mineradores<sup>12</sup>

Outro conceito correlato que merece destaque é o dos chamados mineradores. Como mencionado acima, o processo de mineração é responsável por validar a transação feita na rede e autorizar que o novo bloco de informações seja acrescentado na cadeia. Isso ocorre por meio da resolução simultânea de problemas matemáticos pelos computadores que fazem parte do sistema. A partir do momento em que se encontra um resultado, o novo bloco é validado e inserido permanentemente na *Blockchain*.

Esses problemas matemáticos gerados pelo próprio sistema ficam gradativamente mais complexos (e conseqüentemente demandam mais tempo para serem resolvidos) a cada nova operação. Interessa frisar que, para que o bloco seja efetivamente validado, é necessário que exista certo grau de consenso no resultado obtido pelos mineradores.

Caso ocorra uma divergência muito expressiva, pode ocorrer uma “cisão” no sistema. Essa cisão pode ser denominada de *hard fork* (sistemas tornam-se completamente incompatíveis entre si) ou *soft fork* (sistemas permanecem compatíveis entre si). E então a partir deste momento haverá uma bifurcação na cadeia de blocos e cada braço representará um tipo diferente de criptomoeda, recebendo uma denominação diferente (à exemplo do Bitcoin e do Bitcoin Cash).

Assim, são chamados de mineradores todos aqueles que utilizam a capacidade de seus computadores em prol de resolver os cálculos e validar as operações da rede utilizada por uma criptomoeda. Quando um indivíduo resolve o cálculo, a transação é aceita e acrescentada à cadeia de blocos e, como recompensa, o minerador responsável recebe unidades completamente novas da criptomoeda minerada. Portanto, se o total de unidades existentes daquela moeda era, em valores ilustrativos, cem mil, após a validação da transação e da resolução do problema (mineração) o valor total seria cem mil mais um.

Vale frisar que alguns criptoativos (como o Bitcoin) possuem uma limitação de unidades que o tornam escasso. Ou seja, o procedimento em que são validadas as operações e que também resultam na criação de novas unidades dessa moeda

---

<sup>12</sup>HOUBEN, R. e SNYERS, A.; **Cryptocurrencies and Blockchain**, European Parliament, Policy Department for Economic, Scientific and Quality of Life Policies; Directorate General for Internal Policies. Julho 2018.

poderão ser mantidos até que o teto limitado de unidades seja efetivamente minerado e esgotado. Para o Bitcoin em específico, o teto de mineração equivale a 21 milhões de unidades.

### 1.2.3. Provedoras de *Exchange*<sup>13</sup>

São empresas que oferecem serviços relacionados a operações com criptoativos, tais como: negociação, custódia, intermediação, entre outros. Esses serviços podem ser contratados mediante pagamento em dinheiro “real” ou com outros criptoativos e, também, podem ser prestados em diferentes localidades do globo, sem a existência de barreiras físicas (ainda que possam ser expostas limitações legais, como será discutido adiante).

### 1.2.4. Operações com Criptomoedas<sup>1415</sup>

Reunidas as informações acima, é possível resumir a operação com criptomoedas como: uma transferência de dados em formato de bloco entre um ponto A e um ponto B que, para ser concretizada e adicionada à cadeia, necessita da validação de um problema matemático pelos demais usuários presentes no sistema de computadores.

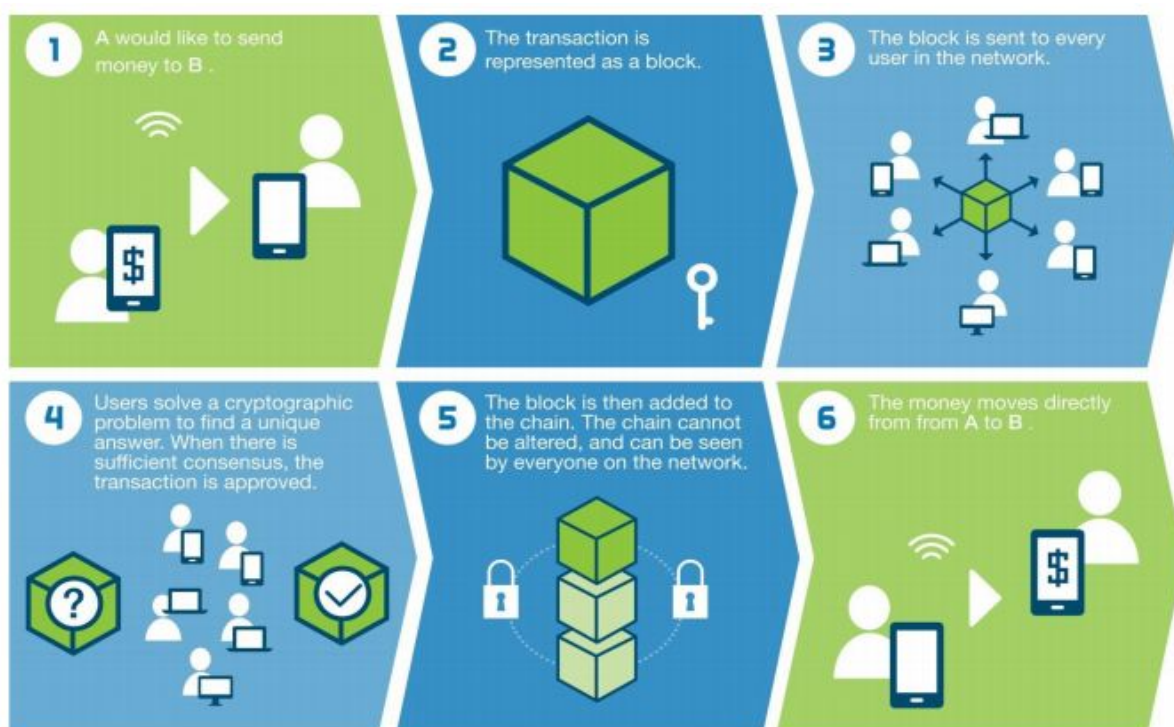
Uma vez efetuada a validação, o bloco torna-se fixo na cadeia, visível para todos, ainda que as informações nele contidas possam ser acessadas tão somente por aqueles que possuem a chave de criptografia. Concluída esta operação, os dados (de valor monetário) são transferidos da posse de A para a posse de B, como se depreende da **Figura 1**, abaixo:

---

<sup>13</sup> HOUBEN, R. e SNYERS, A.; **Cryptocurrencies and Blockchain**, European Parliament, Policy Department for Economic, Scientific and Quality of Life Policies. Julho 2018.

<sup>14</sup> NAKAMOTO, S.; **Bitcoin: A Peer-to-Peer Electronic Cash System**. Disponível em <<https://bitcoin.org/bitcoin.pdf>>, acesso em 25 de maio de 2019.

<sup>15</sup> HOUBEN, R. e SNYERS, A.; **Cryptocurrencies and Blockchain**, European Parliament, Policy Department for Economic, Scientific and Quality of Life Policies; Directorate General for Internal Policies. Julho 2018.



**Figura 1 - Exemplo do processo de pagamento. Fonte: DIRECTORATE FOR FINANCIAL AND ENTERPRISE AFFAIRS COMPETITION COMMITTEE, Blockchain Technology and Competition Policy - Issues paper by the Secretariat<sup>16</sup>**

Como exposto, quando um usuário decidir enviar “dinheiro”, na aceção de criptomoeda, de um usuário A para um usuário B, a transação será representada por um bloco e este bloco só poderá ser adicionado à cadeia após a resolução de um problema de criptografia por toda a rede. Somente quando concluído esse processo é que o dinheiro realmente passará da posse de A para B.

### 1.3. OPINIÕES DIVERGENTES SOBRE A APLICABILIDADE DAS CRIPTOMOEDAS NO CENÁRIO MUNDIAL CONTEMPORÂNEO

Dentre as diversas subcategorias de criptomoedas existentes na atualidade, a mais antiga, valorizada e precursora de todo o universo dos criptoativos é o Bitcoin. Por isso, e tendo em vista a grande variedade de criptomoedas existentes na

<sup>16</sup> Retirado de **DIRECTORATE FOR FINANCIAL AND ENTERPRISE AFFAIRS COMPETITION COMMITTEE, Blockchain Technology and Competition Policy - Issues paper by the Secretariat**, 2018. Disponível em <[https://one.oecd.org/document/DAF/COMP/WD\(2018\)47/en/pdf](https://one.oecd.org/document/DAF/COMP/WD(2018)47/en/pdf)>, pp. 4.

atualidade, o presente trabalho se embasa somente em dados coletados a respeito do Bitcoin e sua respectiva configuração de *blockchain*<sup>17</sup>.

Lançado no dia 18 de agosto de 2008 por Satoshi Nakamoto (pseudônimo utilizado para fazer referência ao seu criador ou criadores)<sup>18</sup> o Bitcoin é atualmente a criptomoeda mais expressiva do mundo, com uma capitalização de mercado equivalente a 110.9 bilhões de dólares - segundo dados coletados em setembro de 2018 pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD)<sup>19</sup>.

Diferente do modelo convencional de moeda usualmente utilizado e reconhecido pelos Estados ao redor do mundo, o Bitcoin possui um sistema descentralizado, hospedado simultaneamente em diversos pontos da rede mundial de computadores e sem uma autoridade financeira para fins de fiscalização/regulação. Tal sistema é denominado, em inglês, de *peer-to-peer*, ou seja, as transações são realizadas diretamente entre as partes interessadas, sem a necessidade da presença de um “Banco Central” ou autoridade estatal para mediar os ocorridos.

Contudo, ao mesmo tempo que esse mecanismo abriu margem para uma maior liberdade entre os participantes da transação monetária e prestação de serviços, a ausência de uma terceira parte fiscalizatória também poderia causar extrema desconfiança, uma vez que não existia meio de confirmar se uma mesma unidade de bitcoin já havia sido gasta numa transferência anterior. Nesse contexto, foi criada, junto ao sistema do Bitcoin, a tecnologia denominada *blockchain* (cadeia de blocos, tradução livre), já explicada acima.

O advento desse novo sistema tecnológico de troca monetária e de serviços suscitou muitas discussões no âmbito acadêmico, bem como revolucionou as plataformas tecnológicas, que passaram a empregar a tecnologia do *blockchain* em situações além de troca monetária como o Bitcoin.

---

<sup>17</sup> Mesmo os conceitos mencionados acima podem sofrer alterações quando estudados sob a égide de uma outra categoria de criptoativo como o Ethereum. Dessa forma, faz-se aqui a ressalva que todo o exposto neste projeto só possui correlação com a categoria do Bitcoin.

<sup>18</sup> **Bitcoin History: The Complete History of Bitcoin [Timeline]**. Bitcoin History: The Complete History of Bitcoin [Timeline]. Disponível em: <<http://historyofbitcoin.org/>>, acesso em 20 mai 2019, 15:36.

<sup>19</sup> **ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, How to deal with Bitcoin and other cryptocurrencies in the System of National Accounts?**, 2018. Disponível em <[http://www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=COM/SDD/DAF\(2018\)1&docLanguage=En](http://www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=COM/SDD/DAF(2018)1&docLanguage=En)>, acesso em 18 ago 2019, p.5, figura 2.1.

Ainda em artigos<sup>20 21</sup> datados de 2013, era fácil encontrar pesquisadores contra essa nova modalidade de transação monetária, fazendo apontamentos relacionados à evasão de divisas, à possibilidade de formação de paraísos fiscais e ao comércio de itens ilícitos. Ao mesmo tempo, outros estudiosos defendiam as criptomoedas como uma possibilidade de tornar o mercado mais eficiente e internacionalmente conectado<sup>22</sup>.

Nos dias de hoje, em 2019, há muita obscuridade com relação às definições e regulamentações que permeiam o tema das criptomoedas e do Bitcoin. Não só alguns conceitos carecem de definição unificada, como também as políticas adotadas internacionalmente para lidar com o fenômeno divergem sobremaneira, a começar por reconhecer ou não as criptomoedas ou criptoativos como algo lícito ou ilícito e, posteriormente, como uma moeda ou um ativo.

No âmbito nacional, as tentativas de regulação e a bibliografia disponível para o estudo do caso ainda são escassas, ademais, o tema em constante evolução faz com que informações tornem-se defasadas rapidamente. No que tange à regulação ao redor do mundo existem posturas completamente distintas a respeito do assunto, desde a completa proibição, até a integração na economia (inclusive com reconhecimento estatal para pagamento de impostos). Já no Brasil, os primeiros traços de efetiva positivação na letra da lei começaram a surgir há pouco. Temas esses que serão abordados mais à frente.

Portanto, é relevante o estudo dessa temática, como abordado no presente trabalho, no sentido esclarecer conceitos base, analisar as abordagens adotadas pelos demais países no âmbito internacional e, mais ainda, buscar nas ferramentas

---

<sup>20</sup> **Omri Marian, Are Cryptocurrencies Super Tax Havens?**, 112 Mich. L. Rev. First Impressions 38 (2013). Disponível em <[http://repository.law.umich.edu/mlr\\_fi/vol112/iss1/2](http://repository.law.umich.edu/mlr_fi/vol112/iss1/2)>.

<sup>21</sup> **Blundell-Wignall, A. (2014), “The Bitcoin Question: Currency versus Trust-less Transfer Technology”, OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions**, No. 37, OECD Publishing. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1787/5jz2pwjd9t20-en>>.

<sup>22</sup> Uma dissertação de mestrado elaborada em 2016 pela acadêmica Nicole Fobe menciona como possibilidades do Bitcoin: a diminuição no custo das transações, uma vez que não existe um intermediário; a facilidade na remessa de dinheiro ao exterior, o que ajudaria por exemplo imigrante que enviam quantias às suas famílias que permaneceram no país de egresso; a inclusão bancária de estratos sociais que não têm acesso à bancos em sua acepção tradicional; a possibilidade de serem evitadas políticas monetárias restritivas. Fonte: FOBE, Nicole Julie. **O Bitcoin como moeda paralela – uma visão econômica e a multiplicidade de desdobramentos jurídicos**. 2016.



do direito comparado a resposta para a viabilidade de aplicação de estratégias semelhantes sobre criptomoedas no ordenamento jurídico brasileiro.

## **2. CAPÍTULO 2 - ESTUDO DOS PRINCIPAIS POSICIONAMENTOS REGULATÓRIOS ENCONTRADOS NO ÂMBITO INTERNACIONAL**

Estabelecidos os conceitos relevantes para o estudo pretendido, passa-se agora à análise dos posicionamentos oficiais adotados pelos Estados no que tange ao Bitcoin e ao blockchain. Ao longo dos anos desde a égide dessa plataforma, países adotaram estratégias distintas para lidar com a ascensão dessa tecnologia e com as consequências fáticas de sua existência.

Vale lembrar que o objetivo do presente trabalho é, por meio do direito comparado e de dados de estudos realizados até o momento, analisar qual classificação e posicionamento regulatório vem sendo dado aos criptoativos pelo ordenamento jurídico-econômico brasileiro.

Atualmente existem cerca de 130 países<sup>23</sup> que se manifestaram sobre criptoativos como o Bitcoin, além de organizações regionais. Dentro deste escopo, destacam-se três grandes grupos de posicionamentos adotados pelas comunidades estrangeiras, quais sejam: a proibição de criptomoedas; a classificação como um ativo, priorizando a aplicabilidade de leis fiscais e tipificações contra a lavagem de dinheiro; a elaboração de projetos de legislação para maior integração do Bitcoin no sistema jurídico-econômico e maior segurança à seus usuários.

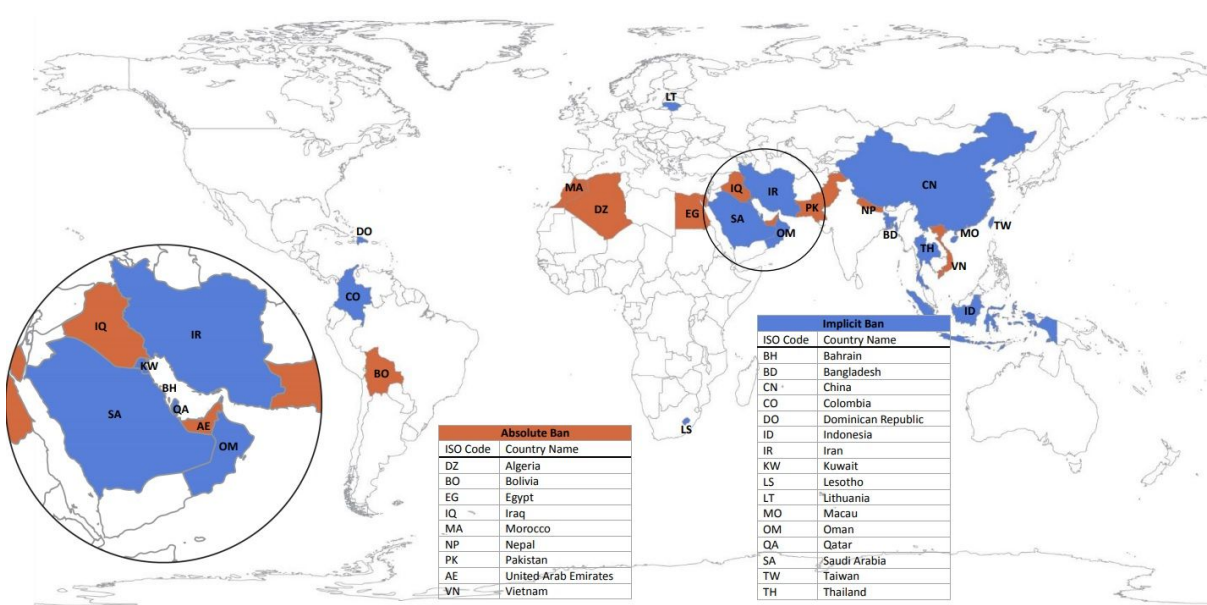
Neste capítulo será feita a análise de cada uma dessas abordagens, bem como expostos pontos de contraposição a cada um deles, no intuito de compreender se o que existe hoje é viável para a adequação das criptomoedas ao sistema jurídico e econômico nacional ou, caso não seja suficiente, se as abordagens internacionais caminham em direção a alguma tendência específica.

---

<sup>23</sup> Um relatório feito pela Library of Congress conta com explicações sobre o posicionamento de cerca de 130 países a respeito do Bitcoin e tecnologias semelhantes, além de regulações em âmbito regional. Dentre as classificações majoritárias indicadas no documento, destacam-se: classificação como um ativo; ativo financeiro; moeda estrangeira; aplicação ao imposto de renda; aplicação de diferentes tipos de imposto a depender se pessoa física ou jurídica. Dados presentes no site da Library of Congress, Regulation of Cryptocurrency Around the World. Íntegra em <<https://www.loc.gov/law/help/cryptocurrency/world-survey.php>>, acessado em 19/10/2019, 15:35.

## 2.1. A PROIBIÇÃO DO BITCOIN FRENTE AO RÁPIDO CRESCIMENTO TECNOLÓGICO

Atualmente existe uma série de países que proíbem operações com Bitcoin ou até mesmo a sua mineração, tais como Vietnã, China<sup>24</sup>, entre outros, como exposto na **Figura 2** abaixo. Num primeiro momento parece não haver grandes consequências para tal posicionamento, contudo, uma análise mais profunda permite chegar a algumas conclusões.



**Figura 2 - Países que baniram criptoativos. Fonte: Library of Congress, Regulation of Cryptocurrency Around the World<sup>25</sup>**

As tecnologias de Bitcoin e Blockchain tem ganhado espaço cada vez mais abrangente no mercado internacional. Isso pode ser constatado por dados extraídos da ferramenta *Google Search Trends*, por exemplo, que demonstra uma crescente na quantidade de buscas pelo termo “Bitcoin” nos últimos cinco anos<sup>26</sup>.

Mais ainda, uma pesquisa feita nos Estados Unidos da América<sup>27</sup>, sobre a tendência de aceitação e uso de Bitcoin na sociedade, foi executada com a seguinte

<sup>24</sup> BATISTA. C. JÚNIOR, Otávio. **Direito Tributário Na Era Digital: a viabilidade de incidência de IOF sobre criptomoedas**. 2017. – UFPE, Recife, 2017

<sup>25</sup> Retirado de Library of Congress, **Regulation of Cryptocurrency Around the World**, disponível em <<https://www.loc.gov/law/help/cryptocurrency/world-survey.php>>.

<sup>26</sup> Dados obtidos em: <https://trends.google.com.br/trends/explore?date=today%205-y&geo=BR&q=Bitcoin>, acessado em 12/10/2019, 00:21.

<sup>27</sup> BOGART, S. **Bitcoin is a Demographic Mega-Trend: Data Analysis**. 2019. Disponível em <<https://medium.com/blockchain-capital-blog/bitcoin-is-a-demographic-mega-trend-data-analysis-160d2f7731e5>>, acessado em 12/10/2019, 00:28.

metodologia: entre os dias 23 e 25 de abril de 2019, 2.029 indivíduos com mais de 18 anos foram entrevistados online pela *The Harris Poll*. Os dados sobre idade, sexo, etnia, educação e região foram sopesados para representar uma proporção populacional próxima da realidade, uma vez que a pesquisa não era mandatória e poderiam ocorrer volumes desiguais de respostas dentro de cada grupo em virtude da diferente propensão de estratos da sociedade em acessar a internet. Tal pesquisa comparou as respostas dadas em 2019 com outro estudo elaborado em outubro de 2017, e a conclusão encontrada foi de uma percepção de aumento no interesse, confiança e investimento na tecnologia do Bitcoin. Cada tópico do estudo teve seus resultados exibidos em números gerais e também separado por faixa etária (entre 18 e 34 anos; entre 35 e 44 anos; entre 45 e 54 anos; entre 55 e 64 anos e a partir de 65 anos).

Nesse contexto, em números totais, a ciência da existência do Bitcoin aumentou de 77% para 89%, a percepção do Bitcoin como algo positivo cresceu de 34% para 43%, e a pretensão de compra aumentou de 19% para 27%. Com relação aos estratos etários separados para a pesquisa, os resultados demonstram que os indivíduos entre 18 e 34 anos apresentam os maiores percentuais com relação a familiaridade e investimento na área. Em contrapartida, a faixa etária entre 35 e 44 anos apresentou uma queda 52% para 50% no que tange à interpretação do Bitcoin como uma inovação positiva.

Com relação a investimentos em específico, a mesma pesquisa constatou que, na faixa etária entre 18 e 34 anos, 1 em cada 3 indivíduos prefere Bitcoin a títulos de governo; 1 em cada 4 optaria pelo Bitcoin ao invés de ações ou imóveis; e mais de 1 em cada 5 daria prioridade a unidades de bitcoin ao invés de ouro, por exemplo.

Esses dados demonstram que, ainda que a tecnologia não esteja plenamente desenvolvida ou o sistema econômico adaptado em seu cerne para receber e regular o Bitcoin e suas variações, essa inovação possui cada vez mais aderência e, consequentemente, capital. Dessa forma, não parece viável uma proibição absoluta de tal tecnologia. Em verdade, a recusa em integrar a plataforma ao sistema ou de desenvolver regulações e legislações sobre o assunto pode levar o Estado em questão a uma difícil adaptação futura, caso essa tecnologia venha a ser admitida

como algo padrão e aceito de forma generalizada. Ademais, a tentativa de banir completamente tecnologias como o Bitcoin pode causar o efeito inverso: maior adesão pelos indivíduos justamente em função das obscuridades regulatórias do sistema.

Não só isso, mas a tendência crescente de uma possível abolição do dinheiro de papel é reconhecida por diversos estudiosos ao redor do globo<sup>28</sup>. Localidades no interior da Alemanha, por exemplo, não possuem mais bancos nem caixas eletrônicos. Novas tecnologias de pagamento, como os aplicativos de smartphone na China (*WeChat*) e na Suécia (*Swish*), já são responsáveis por um grande volume de transações monetárias nesses países, e há um receio em manter dinheiro em altas quantias armazenado fisicamente devido ao risco de roubos e atividades ilícitas. Além disso, a tecnologia consolidada de cartões de crédito e débito é um consenso, sendo raro um estabelecimento que não aceite uma dessas formas de pagamento. Nesse contexto o dinheiro de papel cai gradativamente em desuso, e sua emissão passa a se tornar muito custosa aos bancos centrais de cada Estado.

Em contrapartida, no que tange à proteção de dados dos usuários, a tendência supracitada de utilização em massa de cartões é prejudicial. Isso porque o perfil de gastos adquirido pelas empresas de cartões pode ser vendido para interessados em influenciar na forma como cada indivíduo administra seu dinheiro (as empresas de data comercializam os dados de gastos para companhias de marketing e afins). Nesse sentido, a possibilidade de utilização de um meio de pagamento não físico mas seguro e privado, como o Bitcoin, surge como uma solução viável para alguns indivíduos que pretendem solucionar a questão.

<sup>29</sup>Além de todos os elementos já mencionados, é válido destacar outro fator: uma vez que o *Blockchain* e o Bitcoin estão hospedados na rede descentralizada de computadores ao redor do mundo, é extremamente difícil impedir ou proibir de forma eficaz o acesso a essas tecnologias. Isso porque essa ferramenta é facilmente acessível por praticamente qualquer dispositivo conectado à internet. Como exposto no livro “*The Internet of Money*”, é possível acessar o *Blockchain* utilizando desde

---

<sup>28</sup> **How cash is becoming a thing of the past.** Produção: DW Documentary. 2018. 42 min. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=GbECT1J9bXg>>.

<sup>29</sup> ANTONOPOULOS, A. **The Internet of Money: A collection of talks by Andreas M. Antonopoulos.** Createspace Independent Publishing Platform, 30 agosto de 2016.

computadores sofisticados a softwares de eletrodomésticos, por exemplo. Nesse sentido, seria inviável fiscalizar os cidadãos com o intuito de aplicar eventuais sanções pela mera utilização da plataforma do Bitcoin. O único modo de garantir que a proibição posta fosse observada seria impedir o acesso dos indivíduos a qualquer tipo de aparelho com hardware suficiente para acessar a rede, o que, na prática, se traduz em proibir o acesso de todos os indivíduos a virtualmente qualquer dispositivo com capacidade de conexão a uma rede de internet.

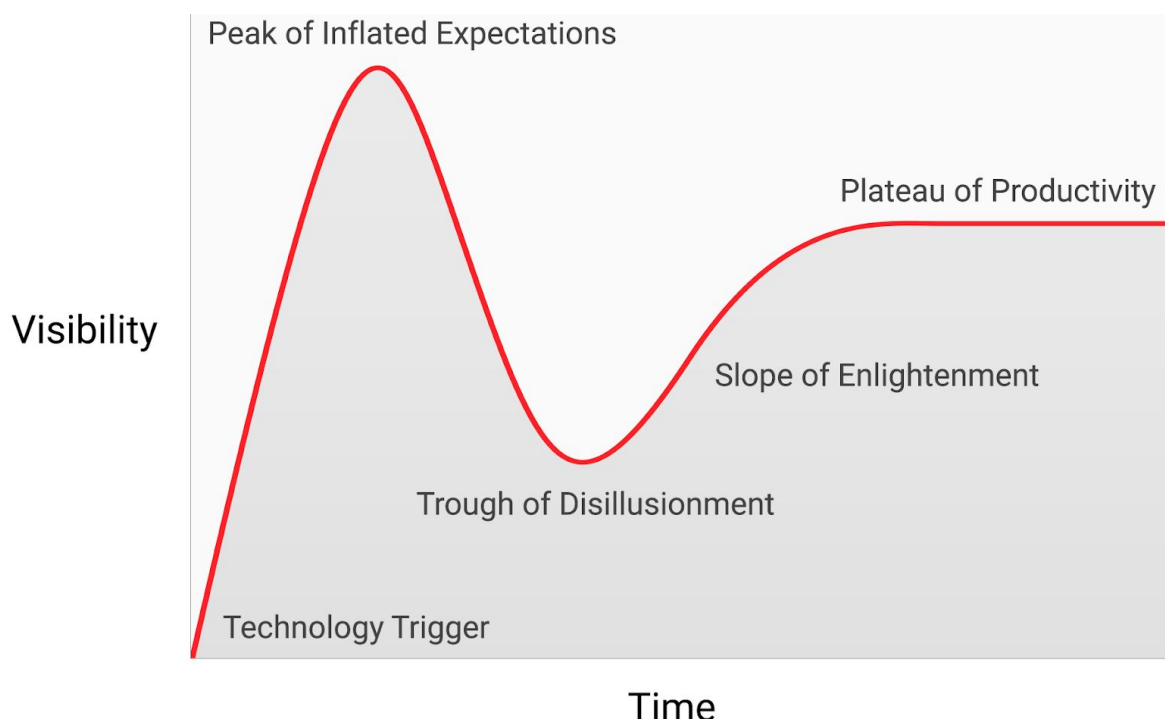
Por fim, é sabido que reiteradas vezes desde o lançamento do Bitcoin foram publicadas declarações de canais de notícias renomados a respeito da inviabilidade da sobrevivência dessa tecnologia. Contudo, a ferramenta segue em desenvolvimento há dez anos, de modo que vale a menção a outro estudo publicado no *website Medium*<sup>30</sup>, o qual refuta essa linha de raciocínio sobre o fim iminente do Bitcoin. Por ser uma tecnologia em ascensão, essa criptomoeda pode ser classificada dentro do Ciclo de Hyper-Gartner, o qual dispõe sobre as fases pelas quais as tecnologias passam até se tornarem efetivamente consolidadas na sociedade.

Essa teoria<sup>31</sup>, demonstrada na representação gráfica da **Figura 3** a seguir, dispõe que toda nova tecnologia apresenta ciclos repetitivos que aumentam exponencialmente, representados em gráfico por curvas S. Isso ocorreria devido a um grande nível de entusiasmo com o lançamento de uma novidade, seguido de uma “onda de desilusão” por não atender às expectativas, para no fim se dar o desenvolvimento lento e contínuo da tecnologia pelo “platô da produtividade”.

---

<sup>30</sup> BOYAPATI, V. **The Bullish Case for Bitcoin**. 2018. Disponível em <<https://medium.com/@vijayboyapati/the-bullish-case-for-bitcoin-6ecc8bdecc1>>, acesso em 15/10/2019, 15:37.

<sup>31</sup> CASEY, M. B. **Speculative Bitcoin Adoption/Price Theory**. 2016. Disponível em <<https://medium.com/@mcasey0827/speculative-bitcoin-adoption-price-theory-2eed48ecf7da>>, acesso em 16/10/2019, 14:05.



**Figura 3 - Ciclos de Gartner. Fonte: BOYAPATI, V. The Bullish Case for Bitcoin<sup>32</sup>**

Usada para estudar a ascensão de tecnologias como a eletricidade, o rádio ou os automóveis, a teoria foi aplicada ao contexto de variações de preços do Bitcoin. Ou seja, partindo de um pressuposto que essa tecnologia poderia ser aplicada universalmente no futuro, quais seriam os elementos identificáveis até 2019 que se enquadram dentro do ciclos de Gartner. A conclusão encontrada é justamente a de que o Bitcoin se adequa a esse padrão ao passar por ciclos compostos pelas “bolhas especulativas”, seguidas por grandes quedas de preço e uma ascensão lenta até um novo patamar de valorização levemente superior ao que se deu antes. Mais ainda, foi possível identificar no estudo que o crescimento entre um patamar e outro tem diminuído em extensão, enquanto que a valorização do preço da unidade de bitcoin em dólar tem aumentado a cada ciclo.

Ainda que não seja possível assegurar que a tendência encontrada se manterá, ou que o Bitcoin será adotado universalmente, é possível afirmar que a tendência social, econômica e tecnológica atual é de uma inovação que perdura no

<sup>32</sup> Retirada de: BOYAPATI, V. **The Bullish Case for Bitcoin**. 2018. Disponível em <<https://medium.com/@vijayboyapati/the-bullish-case-for-bitcoin-6ecc8bdecc1>>, acessado em 15/10/2019, 15:37.

tempo, corroborando ainda mais para um posicionamento de regulação do Bitcoin, ao invés de sua proibição.

Demonstrados os fatores acima, parece evidente que a completa proibição dessa nova tecnologia não é viável ou efetiva, uma vez que esta avança e recebe aderência de modo mais rápido que o poder de controle do Estado. Contudo, também é consenso que a completa falta de regulação por parte dos Estados pode provocar efeitos internos e externos negativos do ponto de vista econômico. Nesse sentido, passaremos à análise das outras classificações adotadas pelos Estados acerca do tema.

## 2.2. A CLASSIFICAÇÃO DO BITCOIN COMO UM ATIVO OU MEIO DE PAGAMENTO

Passadas as considerações sobre a completa proibição do Bitcoin, existem, ainda, outras categorias classificatórias. Um delas é o Bitcoin como sinônimo de ativo financeiro para fins de regulação. Importa ressaltar, neste tópico, que nem todos os países que igualam o Bitcoin a um ativo de fato integralizaram essa tecnologia ao seu ordenamento jurídico. Há Estados que apenas aceitaram as transações efetuadas com Bitcoin para que sobre ele pudessem ser aplicadas as leis tributárias pré-existentes, ou seja, países em que não existe uma proibição no que tange à operações com Bitcoin, mas que também não foram reguladas novas leis para lidar com a questão. Uma vez que já foram dispostos elementos a respeito da proibição, e consequente não integralização, dessa nova tecnologia ao sistema jurídico ou regulatório dos países no tópico anterior, serão feitas considerações, neste tópico, sobre os locais que elaboraram estratégias para lidar com o que foi intitulado de “ativo virtual”.

### 2.2.1. Direito comparado: legislações e seus efeitos ao classificar o Bitcoin como um ativo

Dentro do recorte criado para este tópico, sobre a classificação como um ativo e aplicabilidade de novas legislações adaptadas para transações envolvendo o bitcoin, vale mencionar expoentes como o México e o Canadá.



No caso do México, em março de 2018, foi editada a “*Ley Para Regular Las Instituciones de Tecnología Financiera*”<sup>33</sup> a qual conceitua, em seu art. 30 o ativo virtual:

Artículo 30.- Para efectos de la presente Ley, se considera activo virtual la representación de valor registrada electrónicamente y utilizada entre el público como medio de pago para todo tipo de actos jurídicos y cuya transferencia únicamente puede llevarse a cabo a través de medios electrónicos. **En ningún caso se entenderá como activo virtual la moneda de curso legal en territorio nacional, las divisas ni cualquier otro activo denominado en moneda de curso legal o en divisas.** (LEY PARA REGULAR LAS INSTITUCIONES DE TECNOLOGÍA FINANCIERA, CÁMARA DE DIPUTADOS DEL H. CONGRESO DE LA UNIÓN, 2018).<sup>34</sup>

Pelo exposto, vê-se que é feita uma divisão clara entre o ativo virtual e os demais ativos aceitos no país, assim como entre o Bitcoin e a moeda corrente, de modo que é imposta uma permeabilidade limitada entre os dois sistemas. Por outro lado, a legislação supracitada utiliza o termo “meio de pagamento” em sua redação (ponto que será destacado adiante).

Continuada a leitura da legislação em estudo, é possível perceber que foram concedidos poderes ao Banco do México para regular ativos virtuais no país, desde quais companhias financeiras estariam autorizadas a realizar operações, com quais ativos, e também a aplicação de multas caso uma dessas especificações fosse descumprida.

Outra lei presente no ordenamento jurídico do país (para prevenção e identificação de operações com recursos de procedência ilícita)<sup>35</sup> classifica o intercâmbio de ativos virtuais como uma atividade vulnerável que, se efetuada em montante igual ou superior à “seiscentas e quarenta e cinco Unidades de Medida e Atualização” deverá ser reportadas imediatamente ao governo mexicano (medida que passou a vigorar em Setembro de 2019).

<sup>33</sup> México, **LEY PARA REGULAR LAS INSTITUCIONES DE TECNOLOGÍA FINANCIERA**, 2018. Disponível em <[http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/LRITF\\_090318.pdf](http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/LRITF_090318.pdf)>.

<sup>34</sup> Artigo 30 - Para efeitos da presente Lei, considera-se ativo virtual a representação de valor registrada eletronicamente e utilizada pelo público médio como meio de pagamento para todo tipo de ato jurídico e cuja transferência se dê unicamente através de meios eletrônicos. Em nenhum caso se entenderá como ativo virtual a moeda de curso legal no território nacional, as divisas ou qualquer outro ativo denominado em moeda de curso legal ou em divisas. (tradução livre).

<sup>35</sup> México, **LEY FEDERAL PARA LA PREVENCIÓN E IDENTIFICACIÓN DE OPERACIONES CON RECURSOS DE PROCEDENCIA ILÍCITA**, 2018. Disponível em <[http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/LFPIORPI\\_090318.pdf](http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/LFPIORPI_090318.pdf)>.

O Governo do Canadá<sup>36</sup>, por sua vez, classifica o Bitcoin como uma commodity sujeita às obrigações tributárias dispostas na “*Income Tax Law*” sob as chamadas “barter rules” (regras de troca, numa tradução livre). Ou seja, o governo canadense permite a negociação com uso do Bitcoin majoritariamente para que possam ser aplicadas regras fiscais:

Tax rules apply to digital currency transactions, including those made with cryptocurrencies. Using digital currency does not exempt consumers from Canadian tax obligations.

This means digital currencies are subject to the Income Tax Act.

[...]

**Digital currencies are considered a commodity and are subject to the barter rules of the Income Tax Act.** Not reporting income from such transactions is illegal.<sup>37</sup> (Government of Canada. **Digital Currency. How tax rules apply to digital currency**).

Nesse contexto<sup>38</sup>, vendas feitas usando unidades de bitcoin devem ser registradas na receita com valores equivalentes ao dólar canadense, para fins fiscais. Já no caso de negociações ou investimentos feitos com Bitcoin, a regra aplicável varia com base na jurisprudência do país a depender da interpretação dada ao resultado econômico obtido:

<sup>39</sup>Where taxpayers invest or trade in cryptocurrency, the characterization of the transaction as being on account of income or capital must be analyzed based on existing case law. In general terms, where a taxpayer does not engage in the business of trading in cryptocurrency (i.e., the taxpayer

<sup>36</sup> Government of Canada. **Digital Currency**. Disponível em

<<https://www.canada.ca/en/financial-consumer-agency/services/payment/digital-currency.html>>.

<sup>37</sup> As regras tributárias se aplicam às transações em moeda digital, incluindo aquelas feitas com criptomoedas. O uso de moeda digital não isenta os consumidores das obrigações tributárias canadenses.

Isso significa que as moedas digitais estão sujeitas à Lei do Imposto de Renda.

[...]

As moedas digitais são consideradas uma mercadoria e estão sujeitas às regras de troca da Lei do Imposto de Renda. Não declarar renda de tais transações é ilegal. (tradução livre).

<sup>38</sup> AL-SHIKARCHY, M; BAUM, S; GHEORGHIU, L. **Canadian taxation of cryptocurrency ... so far**, 2017. Disponível em

<<https://www.lexology.com/library/detail.aspx?g=6283077e-9d32-4531-81a5-56355fa54f47>>.

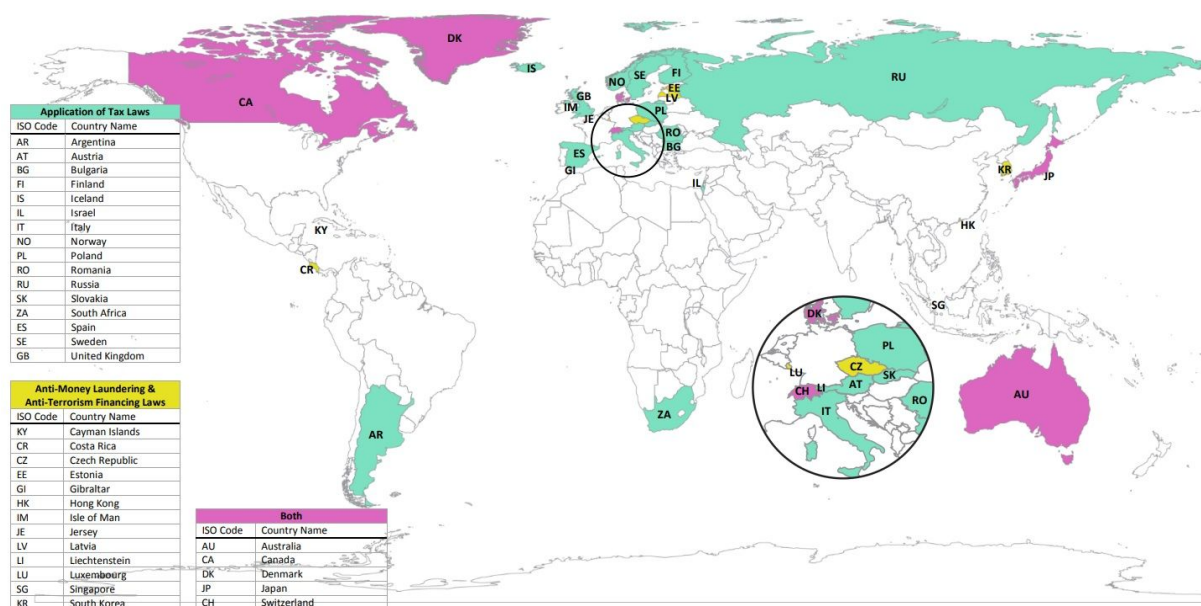
<sup>39</sup> Nos casos em que os contribuintes investem ou negociam em criptomoeda, a caracterização da transação como sendo decorrente de receita ou capital deve ser analisada com base na jurisprudência existente. Em termos gerais, quando um contribuinte não se dedica ao comércio de criptomoedas (ou seja, o contribuinte adquire essa propriedade para um crescimento a longo prazo), qualquer ganho ou perda gerado pela disposição da criptomoeda deve ser tratado por conta do capital.

No entanto, quando um contribuinte se dedica ao comércio ou ao investimento em criptomoeda, os ganhos ou perdas resultantes devem ser tratados como sendo por conta da receita. (tradução livre).

acquires such property for a long-term growth), any gain or loss generated from the disposition of cryptocurrency should be treated as on account of capital.

However, where a taxpayer engages in the business of trading or investing in cryptocurrency, gains or losses therefrom should be treated as being on account of income. (AL-SHIKARCHY, M; BAUM, S; GHEORGHIU, L. **Canadian taxation of cryptocurrency ... so far**, 2017.)

Como se depreende dos exemplos citados acima, mesmo ao classificar o Bitcoin como um ativo virtual e elaborar legislações para sua integração ao sistema econômico, tal assunto ainda é visto com muita cautela, como um ponto de vulnerabilidade financeira e como uma zona propícia a práticas de atividades ilícitas. O quadro regulatório consolidado mundialmente sobre o tema também demonstra tal fato, como exposto na **Figura 4**:



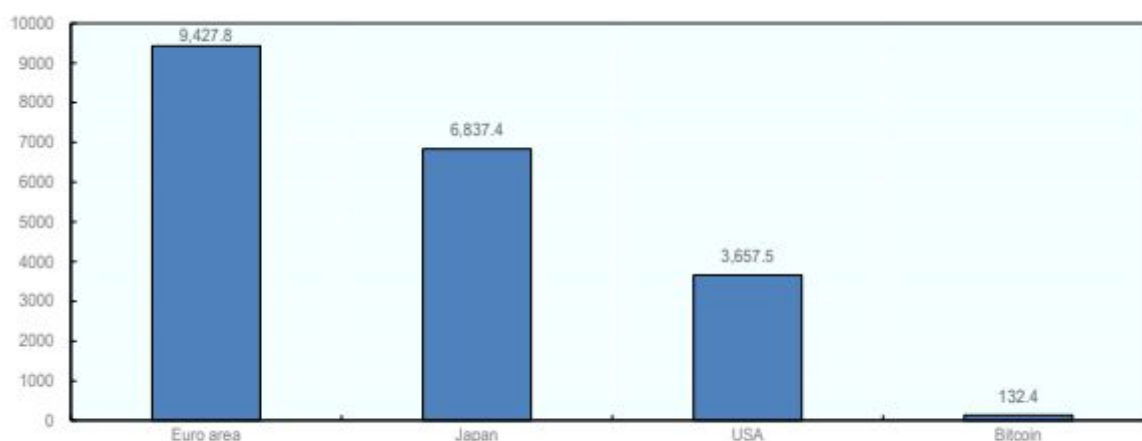
**Figura 4 - Frame regulatório ao redor do globo. Fonte: Library of Congress, Regulation of Cryptocurrency Around the World<sup>40</sup>**

É visível, pelo mapa e pela bibliografia ainda incipiente no que concerne à legislações mais robustas sobre o tema, um maior interesse na aplicação de legislações para arrecadação de tributos ou contra lavagem de dinheiro sem de fato haver um trabalho complementar e mais abrangente em prol de integrar tal tecnologia ao sistema econômico, o que indica uma possível tentativa de “frear” o desenvolvimento desse tipo de inovação ou adequá-la a um sistema jurídico e

<sup>40</sup> Retirado de Library of Congress, **Regulation of Cryptocurrency Around the World**, disponível em <<https://www.loc.gov/law/help/cryptocurrency/world-survey.php>>.

econômico não desenvolvido para hospedá-la. Em resumo, mesmo com essa nova colocação dentro do ordenamento jurídico estrangeiro, o Bitcoin e semelhantes seguem margeando a regulação e a integração possível na economia, sendo a solução aplicada a curto prazo pelos Estados quase um paliativo para as questões que essa inovação suscita.

Não somente isso, mas como se depreende da **Figura 5**, editada pela OCDE em Outubro de 2018, a capitalização do Bitcoin (ainda que expressiva numericamente falando) é pequena num escopo comparativo com o produto interno bruto de grandes potências. Isso pode demonstrar uma boa oportunidade para que sejam editadas legislações de cooperação com a nova tecnologia, ao invés de ferramentas de freio ao seu desenvolvimento.



**Figura 5 - Capitalização do Bitcoin, em bilhões, 2018. Fonte: ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, How to deal with Bitcoin and other cryptocurrencies in the System of National Accounts?<sup>41</sup>.**

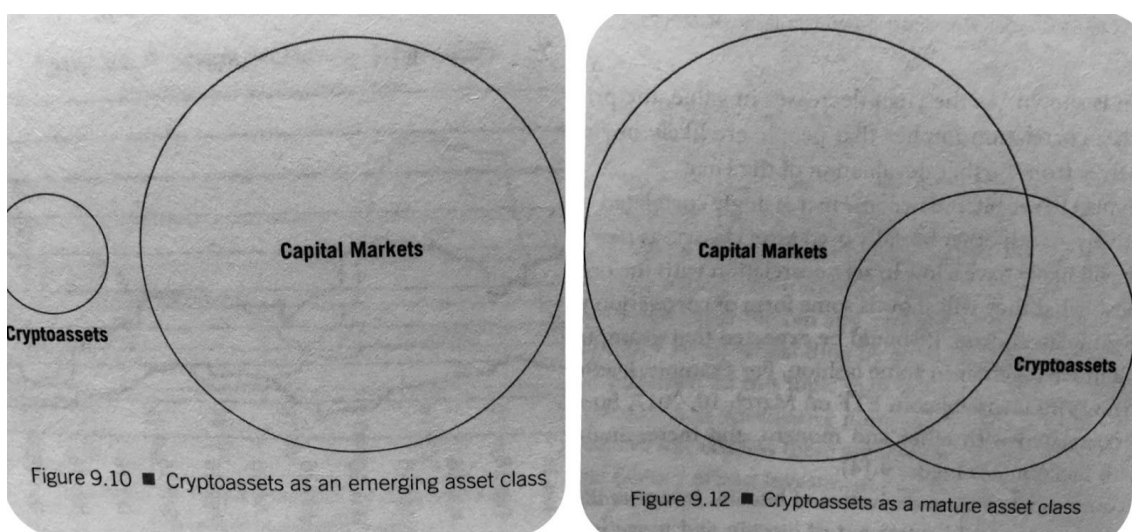
É evidente a necessidade da regulação como uma ferramenta de equilíbrio entre o mercado, a livre iniciativa e a proteção aos indivíduos. Contudo, também é preciso atentar para o alto grau de velocidade de desenvolvimento do Bitcoin, que ostenta cada vez mais atributos próximos à configuração de uma moeda. Nesse contexto, expostos os dados sobre a regulação preponderante ao redor do globo, é

<sup>41</sup> Retirado de: **ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, How to deal with Bitcoin and other cryptocurrencies in the System of National Accounts?**, 2018. Disponível em [http://www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=COM/SDD/DAF\(2018\)1&docLanguage=En](http://www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=COM/SDD/DAF(2018)1&docLanguage=En)>, acessado em 18 ago 2019, p.5, figura 2.2.

possível suscitar elementos de contraposição à categorização apresentada neste tópico.

A própria sobreposição entre o mercado do Bitcoin e de outros liames da economia tem aumentado sobremaneira. Tome-se o mercado de capitais, por exemplo<sup>42</sup>, é natural que na égide do Bitcoin esses dois espaços econômicos tenham sido completamente independentes, e alterações de preço em um *locus* não tenha causado efeito no outro e vice versa. Contudo, esse fato não condiz mais com a realidade.

Com o aumento da visibilidade do Bitcoin e os ciclos de Hyper-Gartner mencionados acima, a correlação entre esses mercados antes independentes começou a aumentar, o que pode ser expresso em representação gráfica na **Figura 6** abaixo:



**Figura 6 - Permeabilidade de mercado.** Fonte: BURNISKE, B; TATAR, J. **Cryptoassets: The Innovative Investor's Guide to Bitcoin and Beyond**<sup>43</sup>

Por exemplo, durante a crise econômica da Grécia no ano de 2015, os bancos foram fechados por um período de tempo para evitar o saque desenfreado dos cidadãos de quantias depositadas em conta. Nesse período, calcula-se que a compra de Bitcoin aumentou em<sup>44</sup> 500%, o que pode indicar não só uma

<sup>42</sup> BURNISKE, B; TATAR, J. **Cryptoassets: The Innovative Investor's Guide to Bitcoin and Beyond**. McGraw-Hill Education; 1 edição, 19 de outubro de 2017. PP 132 e ss.

<sup>43</sup> Retirado de: BURNISKE, B; TATAR, J. **Cryptoassets: The Innovative Investor's Guide to Bitcoin and Beyond**. McGraw-Hill Education; 1 edição, 19 de outubro de 2017.

<sup>44</sup> FOBE, Nicole Julie. **O Bitcoin como moeda paralela – uma visão econômica e a multiplicidade de desdobramentos jurídicos**. 2016. pp. 62.

permeabilidade em termos dos criptoativos serem afetados pelas economias nacionais e vice versa, mas também o papel de unidades de bitcoin como uma alternativa monetária para momentos de crise.

Outro exemplo dessa tendência de correlação entre mercados se expressa também em episódios relacionados ao câmbio entre moedas correntes. Dados expostos em uma reportagem do jornal *The Washington Post* indicaram uma desvalorização da moeda oficial chinesa em detrimento da valorização do Bitcoin durante o ano de 2017, momento em que havia um contexto de maior rigidez do governo da China com valores de transferência monetária para o exterior, limitados a \$50.000,00 (cinquenta mil dólares por ano), numa tentativa de diminuir a tendência de fuga de capital instaurada no país.

Uma vez que o setor de Bitcoin possui escassa regulação na China, essa correlação entre os preços do Yuan Chinês e do Bitcoin (**Figura 7**) pode estar relacionada com uma estratégia de proteção de cidadãos a suas finanças, armazenando unidades de Bitcoin como reserva de valor mais segura no exterior, por assim dizer, e evitando as regras de transferência estabelecidas pelo governo (o que remete ao tópico anterior e às desvantagens de um banimento completo aos criptoativos). Mais ainda, esses dados demonstram como atitudes no mercado virtual já causam efeitos em demais espaços da economia.





**Figura 7 - Correlação de preço entre Bitcoin e Yuan Chinês. Fonte: SWANSON, A. Why bitcoin just had an amazing year<sup>45</sup>**

Esses indícios, unidos a uma visibilidade crescente do Bitcoin na mídia global, geram também um aumento na concentração de capital, contribuindo para que se estabeleça uma forte correlação de preço entre os mercados e, por consequência, alto grau de sobreposição entre eles.

Ainda sobre regulação, a aplicação de certos conceitos econômicos ao Bitcoin pode criar inconsistências a respeito de sua definição como um ativo, ou uma moeda. Segundo os estudos sobre direito e economia, moeda é a junção de três elementos: unidade de conta, meio de troca e reserva de valor, aceita e reconhecida dentro de um estrato social num determinado período de tempo. Enquanto isso, um ativo financeiro pode ser definido como algo que possui um valor intrínseco, podendo ser convertido em dinheiro/moeda corrente. Em outras palavras, ativo é todo elemento que pode gerar renda a seu possuidor (como ações, obrigações, títulos) e que possui um valor reconhecido convertível monetariamente, por meio de venda, câmbio, etc.

Além do conceito geral apontado acima, ativos também podem ser separados em classes<sup>46</sup>. Segundo classificação expressa no livro “*Cryptoassets*”, ativos se classificam em i) ativos de capital; ii) ativos consumíveis e iii) ativos de reserva de valor. Enquanto o primeiro apresenta uma flutuação de valor com base na expectativa de retorno, o segundo apresenta variação de preços pautadas nas leis da oferta e demanda. A terceira classe, por sua vez, não se pauta em nenhum desses dois efeitos, mas ainda assim opera como uma reserva de valor porque possui um preço próprio (exemplo de obras de artes).

No caso do Bitcoin, conclui-se que o mesmo se enquadra majoritariamente na categoria dos ativos consumíveis. Isso porque seu preço varia com base na atenção destinada a essa plataforma, logo, pela lei da oferta e procura. É sabido, entretanto, que pessoas fazem uso de unidades de bitcoin também como reserva de valor,

<sup>45</sup> Retirado de: SWANSON, A. **Why bitcoin just had an amazing year**, 2017. Disponível em <<https://www.washingtonpost.com/news/wonk/wp/2017/01/03/why-bitcoin-just-had-an-amazing-year/>>.

<sup>46</sup> BURNISKE, B; TATAR, J. **Cryptoassets: The Innovative Investor's Guide to Bitcoin and Beyond**. McGraw-Hill Education; 1 edição, 19 de outubro de 2017. P 108.

tendo em vista os ciclos de alta cotação que o mesmo apresenta. Desse modo<sup>47</sup>, pode-se argumentar que o Bitcoin participa de duas classes simultaneamente, com uma tendência a tornar-se menos uma reserva de valor e mais um meio de troca, como será explicado mais adiante.

Ao se falar em moeda, parte-se do pressuposto que esta é algo ungida de validade mediante reconhecimento em uma sociedade, de modo que existe a confiança a respeito de seu liquidez, e qualquer operação monetária poderá ser mensurada em sua unidade ou calculada em seu valor por meio do câmbio entre moedas. Enquanto isso, um ativo não necessariamente será valorado universalmente ou aceito como meio de pagamento em qualquer estabelecimento de um mesmo Estado ou países diversos, sua valorização e desvalorização podem ser muito mais voláteis que o de uma moeda e, além disso, há muita preocupação a respeito de bolhas de especulação e lastro.

Partindo do pressuposto (usado pelos Estados em estudo neste tópico) de que o Bitcoin suporta atualmente a classificação de ativo virtual, faz-se necessário demonstrar os aspectos que o aproximam das características de uma moeda corrente, e que justificariam a necessidade de uma regulação mais adequada para tal.

O primeiro elemento são os estágios de evolução do dinheiro<sup>48</sup>: i. item colecionável, ii.reserva de valor, iii. meio de troca e iv. unidade de conta: i) tem início quando um grupo de indivíduos passa a despertar interesse por características específicas de algum bem (coleccionável) e passa a acumulá-lo; ii) com o passar do tempo, esse interesse alcançará novos grupos de pessoas e existirá um aumento na procura de determinado bem X, assim como seu reconhecimento como uma reserva de valor. Essa valorização chegará a um ponto ótimo, causando uma diminuição na intensa procura do bem e sua estabilização de preço; iii) como efeito, a relação custo benefício ao se utilizar determinado bem X como meio de troca passará a ser mais vantajosa do que mantê-lo como reserva; iv) por fim, com a normalização do uso

---

<sup>47</sup>BURNISKE, B; TATAR, J. **Cryptoassets: The Innovative Investor's Guide to Bitcoin and Beyond**. McGraw-Hill Education; 1 edição, 19 de outubro de 2017. P 110.

<sup>48</sup>BOYAPATI, V. **The Bullish Case for Bitcoin**. 2018. Disponível em <<https://medium.com/@vijayboyapati/the-bullish-case-for-bitcoin-6ecc8bdecc1>>, acessado em 15/10/2019, 15:37.



desse bem X como meio de troca, ou seja, moeda, o mesmo torna-se líquido e também um parâmetro para medir preços e câmbios, recebendo aceitação do que se tem hoje como moeda.

É possível afirmar que o Bitcoin encontra-se atualmente num limiar entre o estágio número dois e o número três da evolução (ainda mais ao levar-se em consideração as classes de ativos citadas acima e o posicionamento do Bitcoin já como um ativo consumível, e não um ativo de reserva). Essa suposição se justifica porque o Bitcoin já é armazenado para fins de reserva de valor, além de possuir um alto grau de aceitabilidade, inclusive, com “um aumento de aceitação em estabelecimentos de aproximadamente 9.500%”<sup>49</sup> entre 2014 e 2016, o que dá indícios de uma recepção do mesmo como um meio de troca, ainda que ele não ostente perfeita liquidez (como exposto nas conceituações de economistas de meio de troca ou “meio de pagamento”)<sup>50</sup>. Dessa forma, dos três elementos centrais necessários a uma moeda, o único ainda não presente no Bitcoin seria, nos termos do artigo *The Bullish Case for Bitcoin*, a unidade de conta.

Porém nem mesmo essa opinião é unânime, uma vez que estudiosos defendem que a unidade de conta presume três características (divisibilidade, fungibilidade e quantificação) as quais são presentes no Bitcoin<sup>51</sup>. Em termos, parece não haver nenhuma característica do ponto de vista formal que desqualifique o Bitcoin como uma moeda em potencial.

Contudo, há um elemento essencial não presente no Bitcoin para que o mesmo seja classificado como moeda: o reconhecimento dos Estados. Isso porque a ideia de moeda na aceitação contemporânea é muito menos associada a uma questão de valor real e diretamente relacionada a uma noção de Direito e de

---

<sup>49</sup> Fonte: FOBE, Nicole Julie. **O Bitcoin como moeda paralela – uma visão econômica e a multiplicidade de desdobramentos jurídicos**. 2016. p. 34.

<sup>50</sup> “Entende-se por *meio de pagamento* o total de haveres de **perfeita liquidez** em poder do setor não bancário e que podem ser imediatamente usados para realizar transações” (NOGAMI, Otto; PASSOS, Carlos Roberto. **Princípios de economia**. pp.458. 7. ed., rev. - São Paulo, SP: Cengage Learning, 2017. Grifos adotados).

<sup>51</sup> “A função da unidade de conta é preenchida quando um instrumento possui três características: ele é divisível, fungível e quantificável. O Bitcoin, evidentemente, apresenta todas essas características: ele pode ser dividido em satoshis, pode ser trocado por Bitcoins e outras moedas e é igualmente quantificável. O reconhecimento dessas qualidades pelos usuários do sistema permite que as mais diversas transações sejam realizadas. nicole pp 62

soberania<sup>52</sup>. Nesse sentido é que a participação dos Estados é crucial. Usualmente, dentro de um contexto de ativos, existem três expoentes relevantes de governança<sup>53</sup>: i) os procuradores do ativo; ii) as pessoas em posse do ativo e iii) uma autoridade reguladora para administrar os dois primeiros. No caso de moedas correntes consolidadas, por exemplo, esses agentes são i) o banco central; ii) os indivíduos em posse da moeda e iii) a autoridade reguladora responsável (nacional ou internacional).

No caso do Bitcoin, o espaço dos procuradores fica sob encargo dos desenvolvedores de software, mineradores e companhias provedoras de *wallet*. Os usuários da plataforma são aqueles em posse de unidades de bitcoin e, por fim, o agente ou autoridade reguladora responsável ainda não foi posto de forma assertiva e concretizada. Justamente por isso é que importa a participação dos Estados nesse escopo: para ocupar esse posto e estabelecer diretrizes de regulação mundial para o Bitcoin, com o intuito de integrar o sistema a uma nova tecnologia em constante desenvolvimento e ascensão. De acordo com estudiosos, esse fato, unido a uma atitude de aplicar o Bitcoin como parte de suas reservas estrangeiras de capital, poderia até mesmo vir a ser o último Ciclo de Gartner do Bitcoin para sua consolidação como moeda:

Bitcoin's final Gartner hype cycle will begin when nation-states start accumulating it as a part of their foreign currency reserves. (BOYAPATI, V. **The Bullish Case for Bitcoin**. 2018)<sup>54</sup>

Não só isso, mas o reconhecimento do Bitcoin, pelos Estados, como algo similar a uma moeda é indispensável para gerar o nível de aceitabilidade necessária

---

<sup>52</sup> Consequência lógica da adoção do nominalismo é a ideia de que a noção de moeda é uma noção jurídica. Isso porque o nominalismo retoma a questão terminológica envolvida na palavra *nomos*, que significa “lei” em grego, e que também está entranhada na palavra grega para “dinheiro”: *nômisma*. Nominal, assim, é aquilo que é proveniente de lei. “A moeda, como um valor nominal, é uma norma legal. (...) O dinheiro passa a ser visto, simultaneamente, como norma monetária e como ato jurídico monetário.”<sup>87</sup>

A moeda é uma criação do Direito, e pode subsistir, inclusive, sem metais monetários, e a razão fundamental é que a unidade monetária se define não tecnicamente, mas juridicamente.

A questão do valor da moeda é secundário: uma só questão importa, e é sua validade, quer dizer, o poder liberatório que lhe dá o Estado, ou seja, aquilo a que a moeda dá direito em virtude de Lei. (KNAPP apud JANSEN, 1991, p. 149).” nicole pp39

<sup>53</sup> BURNISKE, B; TATAR, J. **Cryptoassets: The Innovative Investor's Guide to Bitcoin and Beyond**. McGraw-Hill Education; 1 edição, 19 de outubro de 2017. P 112.

<sup>54</sup> O ciclo final de hype do Gartner do Bitcoin começará quando os estados-nação começarem a acumulá-lo como parte de suas reservas em moeda estrangeira. (tradução livre)

para que essa tecnologia seja inserida *lato sensu* na sociedade, isso porque a ideia de moeda é intrinsecamente ligada à noção de soberania na sociedade global, ou seja, só seria ungida de validade aquela moeda que fosse reconhecida pelas autoridades estatais numa escala internacional<sup>55</sup>. Portanto, ainda que o Bitcoin não esteja vinculado a um país específico, o apoio de autoridades governamentais significaria um passo adiante para o desenvolvimento e grau de integração do mesmo num sentido de regulá-lo de forma menos restritiva. Ademais, do ponto de vista de atributos formais intrínsecos a uma moeda<sup>56 57</sup>, quais sejam: durabilidade,

---

<sup>55</sup> “Em um contexto de Estados soberanos, a prerrogativa de emissão de moeda é atribuída, por lei, ao Estado. Existe, portanto, uma moeda nacional, oficial a determinado país, que automaticamente introduz um monopólio do meio circulante. A existência desse monopólio significa, em última análise, que somente aquele instrumento pode ser utilizado para saldar dívidas de forma válida e eficaz – em termos jurídicos, é somente a moeda de curso forçado que tem a prerrogativa de possibilitar o adimplemento de obrigações contratuais.

Um dos aspectos da soberania estatal é o poder de investir determinado meio circulante com essa autoridade – reconhecida não apenas pelos sujeitos que o utilizam como também por terceiros “externos” a determinada ordem jurídica. Nessa linha, o Real (R\$), moeda nacional brasileira, é reconhecida enquanto “moeda”, “dinheiro”, não apenas por brasileiros, mas também pela comunidade internacional como um todo.

[...]

Isso dito, tudo aquilo que não é investido da autoridade necessária para poder ser reconhecido como moeda oficial, torna-se “instrumento alternativo de pagamento”, algo irrelevante para o Direito em termos monetários, sem poder liberatório (ou seja, a utilização de um instrumento dessa natureza não conduz ao adimplemento de uma obrigação) e cujo tratamento se dará pela via do direito privado contratual.” (FOBE, Nicole Julie. **O Bitcoin como moeda paralela – uma visão econômica e a multiplicidade de desdobramentos jurídicos**. 2016. pp. 37-38 e pp. 39-40).

<sup>56</sup>“De modo geral, para que uma mercadoria possa ser utilizada como moeda ela deve ter várias qualidades, destacamos:

- durabilidade: ninguém aceitaria como moeda algo que fosse perecível;
- divisibilidade: a mercadoria eleita como moeda deve poder subdividir-se em pequenas partes, de forma que tanto as transações de grande porte quanto as de pequeno porte possam se realizar;
- homogeneidade: qualquer unidade de mercadoria eleita como moeda deve ser rigorosamente igual às outras unidades dessa mercadoria; e
- facilidade de manuseio e transporte: a utilização do bem eleito como moeda não pode ser prejudicada em função de dificuldades de manuseio e transporte”. (NOGAMI, Otto; PASSOS, Carlos Roberto. **Princípios de economia**. pp.452. 7. ed., rev. - São Paulo, SP: Cengage Learning, 2017).

“Para que uma moeda possa desempenhar suas funções básicas, ela deve possuir um conjunto de características que são:

- **Indestrutibilidade e Inalterabilidade** - A moeda deve resistir às inúmeras relações de troca a que estiver sujeita, exigindo-se, portanto, que ela seja impressa com material de excelente qualidade, para que não perca suas características nem se possa alterá-las. Se o papel utilizado para sua impressão não for de celulose pura, certamente após algumas centenas de operações a cédula estará deteriorada. As técnicas modernas de impressão do papel-moeda, além de darem maior resistência às cédulas, visam protegê-las contra falsificações.
- **Homogeneidade** - Diferentes unidades monetárias, mas que possuam o mesmo valor de compra, devem ser rigorosamente iguais.

portabilidade, fungibilidade, verificabilidade, divisibilidade, escassez, histórico, pode-se estabelecer uma base de comparação para análise da presença desses

- 
- **Divisibilidade** - A moeda-padrão ou moeda principal de uma economia deve possuir múltiplos e submúltiplos, chamados moedas subsidiárias, para permitir a realização de todos os tipos de transações comerciais.
  - **Transferibilidade** - A moeda deve circular na economia sem nenhuma dificuldade, facilitando o processo de troca. A razão principal para esta característica é o curso legal imposto pelo Estado, que emite e garante o papel-moeda em circulação.
  - **Facilidade de Manuseio e Transporte** - O papel-moeda de uma economia deve ser impresso de forma a facilitar o seu uso e o seu transporte, para evitar que a sua utilização seja dificultada e que, consequentemente, ela seja descartada.” (NOGAMI, Otto; PASSOS, Carlos Roberto. **Princípios de economia**. pp.457. 7. ed., rev. - São Paulo, SP: Cengage Learning, 2017).

<sup>57</sup>BOYAPATI, V. **The Bullish Case for Bitcoin**. 2018. Disponível em <<https://medium.com/@vijayboyapati/the-bullish-case-for-bitcoin-6ecc8bdecc1>>, acessado em 15/10/2019, 15:37.

elementos em ativos como o Bitcoin, como exposto pelos dados da **Figura 8**:

	Bitcoin	Gold	Fiat
Durable	B	A+	C
Portable	A+	D	B
Fungible	B	A	B
Verifiable	A+	B	B
Divisible	A+	C	B
Scarce	A+	A	F
Established History	D	A+	C

**Figura 8 - Comparativo de atributos entre Bitcoin, Ouro e Moeda. Fonte: BOYAPATI, V. The Bullish Case for Bitcoin<sup>58 59</sup>**

Em grande parte, o Bitcoin possui esses aspectos presentes em sua composição. Ainda que exista certo resguardo com relação a seu histórico, é certo que sua criação ainda é recente e se encontra em desenvolvimento. Por exemplo,

<sup>58</sup> Retirado de: BOYAPATI, V. **The Bullish Case for Bitcoin**. 2018. Disponível em <<https://medium.com/@vijayboyapati/the-bullish-case-for-bitcoin-6ecc8bdecc1>>, acessado em 15/10/2019, 15:37.

<sup>59</sup> Na Figura 8 foi usado o sistema de notas escolares dos Estados Unidos para classificar cada um dos atributos de uma moeda com relação ao seu desempenho no Bitcoin, no ouro e nas moedas fiduciárias, sendo A+ equivalente à nota 10 e F- à notas abaixo de 3.

com relação à fungibilidade, a possibilidade de unidades de Bitcoin envolvidas em operações identificadas como ilícitas receberem marcadores indicativos coopera com o elemento segurança, mas interfere na aceitação do Bitcoin como moeda no sentido de ser fungível.

Sobre os demais atributos já foram apontados: a escassez do Bitcoin<sup>60</sup>, devido a sua limitação de unidades mineráveis; a sua tendência à durabilidade (pela consolidação da tecnologia no tempo); a portabilidade, em virtude de ser um ativo virtual; a verificabilidade (devido ao papel de “livro de contabilidade” exercido pelo Blockchain);

O último ponto que merece menção neste escopo comparativo entre o Bitcoin e a moeda é a questão do lastro e da bolha especulativa. É fato que os criptoativos estão sujeitos às leis de oferta e procura e podem ocorrer momentos de bolhas com alta especulação. Contudo, essa característica está presente também em várias outras classes de ativos, como o mercado de capitais, de modo que esse viés argumentativo corrobora ainda mais em prol de um discurso a favor de estratégias regulatórias. Isso porque o ponto principal não é a existência ou não de especulação, presente na economia de modo geral, mas a forma de administrar essas questões do ponto de vista jurídico e econômico. Ademais, no tópico sobre o lastro, é importante ressaltar que a ideia de paridade dinheiro ouro já foi superada<sup>61</sup>

---

<sup>60</sup> BOYAPATI, V. **The Bullish Case for Bitcoin**. 2018. Disponível em <<https://medium.com/@vijayboyapati/the-bullish-case-for-bitcoin-6ecc8bdecc1>>, acessado em 09/12/2019, 15:37.

<sup>61</sup> “(...) Em decorrência disso, o Estado foi levado a assumir o mecanismo de emissões, passando a controlá-lo. No início, as emissões eram lastreadas em outro (padrão ouro). De acordo com o mecanismo do padrão ouro, a emissão de moeda estava atrelada à quantidade de ouro existente em cada país. O ouro, entretanto, era um metal com reservas limitadas na natureza. Por essa razão, esse sistema passou a ser um entrave à expansão do comércio internacional e das economias. Com advento da Primeira Guerra Mundial, a maioria das nações suspendeu a conversibilidade de suas moedas em ouro, e o padrão ouro entrou em colapso. Paulatinamente, passou-se à emissão de *notas inconvertíveis*, sendo padrão ouro abandonado. A emissão de moeda passou a ser feita a critério das autoridades monetárias de cada país. Dessa forma, a moeda passa a denominar-se *moeda de curso forçado*, ou seja, aceita por força de lei, não sendo mais lastreada em metais preciosos. Houve tentativas de restaurar o padrão ouro depois da Primeira Guerra Mundial, da Grande Depressão e da Segunda Guerra Mundial. O acordo de Bretton Woods trouxe a aceitação geral de um padrão ouro fundamentado no dólar dos Estados Unidos. Segundo esse acordo, as principais moedas tinham valor em dólar, sendo o dólar conversível em ouro. Esse acordo acabou em 1971, quando foi suspensa a conversibilidade do dólar em ouro. Hoje, a maioria dos sistemas e fiduciária, apresentando as seguintes características:

- inexistência de lastro metálico;
- inconvertibilidade absoluta;

e a maioria do que existe hoje nos registros bancários se pauta em uma plataforma tão somente digital baseada na confiança de seus usuários.

Em resumo, mesmo que o Bitcoin não seja, ainda, reconhecido como uma moeda no sentido estrito da palavra, já se demonstrou, mais de uma vez, a tendência de que a tecnologia eventualmente será entendida dessa forma. Nesse sentido, a proatividade dos Estados é fundamental para integrar e melhorar o sistema, de modo que a mera aplicação de legislações pré-existentes não coopera ainda da forma ideal para criar algo que seja adaptado à regulação do Bitcoin.

O tópico a seguir dispõe sobre Estados e localidades pioneiros que têm apostado na adoção de uma política ainda mais receptiva e integradora com relação a essa tecnologia.

### 2.3. OUTRAS REGULAÇÕES E LOCAIS PIONEIROS NO QUE TANGE À MEDIDAS REGULATÓRIAS E LEGISLAÇÃO (SUÍÇA, JAPÃO, E O ESTADO DE WYOMING NOS ESTADOS UNIDOS)

Como último ponto de abordagem deste capítulo, serão expostas legislações e entendimentos de locais que adotaram uma postura mais pioneira com relação à classificação do Bitcoin.

É interessante frisar que, em virtude de a maioria dessas ações serem muito recentes, não há um estudo concreto sobre seus efeitos práticos na economia e no âmbito jurídico. Como muitos estudiosos diriam, essas autoridades optaram por apostar em uma ideia de regulação que pode ou não gerar lucros no futuro. De todo modo, esses fatos importam para que se estabeleçam precedentes a serem estudados para análise da questão.

#### 2.3.1. Suíça

Do ponto de vista regulatório, a Suíça possui abordagem semelhante à de países já citados acima: classifica o Bitcoin como um ativo sobre o qual incidem legislações fiscais e contra lavagem de dinheiro, sem ter editado rol específico de

---

- monopólio estatal das emissões;" (NOGAMI, Otto; PASSOS, Carlos Roberto. **Princípios de economia**. pp.454. 7. ed., rev. - São Paulo, SP: Cengage Learning, 2017).

leis sobre a questão. Portanto, mineradores, investidores e indivíduos que fazem operações de compra e venda com unidades de Bitcoin tem esses valores computados para fins de incidência de leis tributárias<sup>62</sup>.

O ponto relevante com relação à Suíça é a interpretação proativa, feita em algumas localidades, com relação aos seguintes elementos: i) Bitcoin como uma contribuição viável para fins de formar uma companhia<sup>63</sup>; ii) possibilidade de serviços municipais, até uma determinada escala de preço, serem pagos com unidades de bitcoin<sup>64</sup>; iii) uso de Bitcoin para pagamento de impostos, até uma determinada faixa de preço<sup>65</sup>.

O aceite do Bitcoin como contribuição e como pagamento à entidades estatais demonstra um nível a mais de proatividade no âmbito da classificação dessa tecnologia, por colocar o Estado como um agente ativo no processo de troca de unidades de bitcoin. Ao reconhecer que existe valor intrínseco à essas unidades de moeda ao ponto de as mesmas serem aceitas para quitar débitos com o Estado, se pressupõe que o governo, naquela localidade, saiu do posto exógeno de agente fiscalizador de operações (sejam de troca ou lucro) de seus cidadãos, para efetivamente um receptor de unidades válidas de pagamento, ou capital (no caso de formação de companhias).

Mesmo que tal fato ainda se distancie sobremaneira de uma real edição de normas e regulações específicas, já é suficiente para demonstrar o início da inserção de autoridades estatais como agentes ativos no sistema do Blockchain e, conseqüentemente, do Bitcoin. Isso importa justamente pelo já mencionado acima sobre a essencialidade da participação de Estados na consolidação e reconhecimento da validade de um ativo, de seu valor e de sua regulação com fins de que o mesmo transite desse status para o de moeda.

---

<sup>62</sup> Library of The Congress, **Regulation of Cryptocurrency: Switzerland**. Disponível em: <<https://www.loc.gov/law/help/cryptocurrency/switzerland.php>>.

<sup>63</sup> Dados retirados de **Handelsregisteramt Zug akzeptiert Kryptowährungen Bitcoin und Ether als Zahlungsmittel**. Disponível em: <<https://www.zg.ch/behoerden/volkswirtschaftsdirektion/handelsregisteramt/aktuell/handelsregisteramt-zug-akzeptiert-kryptowaehrungen-bitcoin-und-ether-als-zahlungsmittel>>, acessado em 21/10/2019, 16:49.

<sup>64</sup> Dados retirados de **HR Zug lässt Kryptowährungen als Sacheinlage zu**. Disponível em: <<https://www.zg.ch/behoerden/volkswirtschaftsdirektion/handelsregisteramt/aktuell/bitcoin-als-sacheinlage?searchterm=bitcoin>>, acessado em 21/10/2019, 17:16.

<sup>65</sup> Dados retirados de **Possibilità di pagamento imposte in Bitcoin**. Disponível em: <<https://www.chiasso.ch/possibilita-pagamento-imposte-bitcoin/>>, acessado em 21/10/2019, 17:13.



### 2.3.2. Novas Regras Editadas no Japão em 2019

Ao longo de 2019 a Câmara de Representantes do Japão aprovou projeto de Lei formulado pela *Financial Services Agency of Japan* (FSA) para emendar leis do país em assuntos relacionados a criptoativos: *Payment Services Act* (PSA), *Act on Prevention of Transfer of Criminal Proceeds* (APTCP) e *Financial Instruments and Exchange Acts* (FIEA)<sup>66</sup>.

O objetivo com esse projeto feito no Japão, aonde já são comuns operações com Bitcoin, foi corrigir questões levantadas em um relatório feito pela FSA sobre a proteção dos direitos dos clientes das empresas de exchange e sobre a prevenção de lavagem de dinheiro. A justificativa para a urgência de um novo quadro regulatório se deu em virtude de episódios como, por exemplo, a perda de criptoativos no valor de US\$530 milhões pela empresa Coincheck devido a um ataque de hackers em seu sistema.

O extenso documento trata detalhadamente sobre questões como a criação de um sistema de registro junto a FSA para todas as exchange que fornecem serviços de troca (compra e venda, administração, corretagem) de criptoativos. Esse registro conta com requisitos específicos e um processo de aplicação:

<sup>67</sup>The applicant must be (i) a stock company (kabushiki-kaisha), or (ii) a Foreign Virtual Currency Exchange Service Provider which has an office(s) and representative in Japan. Accordingly, any foreign entity wishing to register as an Exchange Provider must establish either a subsidiary (in the form of kabushiki-kaisha) or a branch in Japan.

In addition, the applicant must have: (a) sufficient financial basis (minimum capital of JPY10 million and positive minimum net assets); (b) a satisfactory organisational structure and certain systems to conduct the Exchange

<sup>66</sup>AWATAGUCHI, T; NAGASE, T. **Blockchain and cryptocurrency regulation 2020 Japan**. Disponível em

<<https://www.globallegalinsights.com/practice-areas/blockchain-laws-and-regulations/japan>>.

<sup>67</sup> O requerente deve ser (i) uma empresa de ações (kabushiki-kaisha) ou (ii) um Provedor de Serviços de Câmbio de Moeda Virtual Estrangeira com escritório(s) e representante no Japão. Consequentemente, qualquer entidade estrangeira que deseje se registrar como um Fornecedor de Câmbio deve estabelecer uma subsidiária (na forma de kabushiki-kaisha) ou uma filial no Japão. Além disso, o requerente deve ter: (a) base financeira suficiente (capital mínimo de JPY10 milhões e ativos líquidos mínimos positivos); (b) uma estrutura organizacional satisfatória e certos sistemas para conduzir o Serviço do Exchange de maneira adequada; e (c) certos sistemas para garantir a conformidade com as leis e regulamentos relevantes. O requerente deve enviar um pedido de registro contendo: (i) seu nome e endereço comercial; (ii) valor do capital; (iii) nome do diretor; (iv) o nome das moedas virtuais a serem manipuladas; (v) conteúdo e meios dos Serviços de Exchange; (vi) nome do terceirizado (se houver) e seu endereço; e (vii) método de gerenciamento de segregação e outros detalhes. (tradução livre)

Service appropriately and properly; and (c) certain systems to ensure compliance with relevant laws and regulations.

The applicant must submit a registration application containing: (i) its trading name and address; (ii) capital amount; (iii) director's name; (iv) the name of the Virtual Currencies to be handled; (v) contents and means of Exchange Services; (vi) name of outsourcee (if any) and its address, and (vii) method of segregation management and other particulars. (AWATAGUCHI, T; NAGASE, T. **Blockchain and cryptocurrency regulation 2020 Japan**).

O documento também determina obrigações dessas empresas para com seus clientes, para que seja mantida a transparência dos serviços prestados e a segurança do investimento dos usuários:

<sup>68</sup>An Exchange Provider must: (i) take measures necessary to ensure safe management of information; (ii) provide information to users such as the content of transactions, outline of each crypto asset handled by the provider, fees, the amount of cash or crypto asset which the provider has received from the user, the date of receipt, transaction records, etc.;(iii) take measures necessary for the protection of users and proper performance of its services; (iv) segregate user's property from its own property (with respect to cash, bank deposit or trust; with respect to crypto assets, clear distinction in a manner such that the User Crypto Assets is immediately identifiable), and regularly undergo an audit of the status of such segregated management by a certified public accountant or audit firm; and (v) establish an internal management system to make fair and appropriate responses to customer complaints and take measures to resolve any disputes through financial ADR proceedings. (AWATAGUCHI, T; NAGASE, T. **Blockchain and cryptocurrency regulation 2020 Japan**).

As revisões presentes no relatório da FSA sugerem a aplicação de penalidades para determinados tipos de conduta; a mudança da denominação de tecnologias como o Bitcoin e semelhantes de “moeda virtual” para “criptoativo”; a obrigatoriedade de notificação ao Ministério das Finanças de pagamentos advindos ou destinados ao exterior que estejam acima de 30 milhões de ienes japoneses, entre outros:

---

<sup>68</sup> Um Provedor de Exchange deve: (i) tomar as medidas necessárias para garantir o gerenciamento seguro das informações; (ii) fornecer informações aos usuários, como conteúdo de transações, descrição de cada ativo criptográfico tratado pelo provedor, taxas, quantidade de dinheiro ou ativo criptográfico que o provedor recebeu do usuário, data de recebimento, registros da transação, (iii) tomar as medidas necessárias para a proteção dos usuários e o desempenho adequado de seus serviços; (iv) segregar a propriedade do usuário de sua própria propriedade (com relação a dinheiro, depósito bancário ou fiduciário; com relação a ativos criptográficos, distinção clara de maneira que o ativo criptográfico do usuário seja imediatamente identificável) e seja submetido regularmente a uma auditoria do status dessa administração segregada por um contador público certificado ou empresa de auditoria; e (v) estabelecer um sistema de gerenciamento interno para dar respostas justas e apropriadas às reclamações dos clientes e tomar medidas para resolver quaisquer disputas por meio de procedimentos financeiros de ADR. (tradução livre)

<sup>69</sup>5. Introduction to regulations governing unfair acts in crypto asset or crypto asset derivative transactions

- (a) prohibition of wrongful acts;
- (b) prohibition on dissemination of rumours, usage of fraudulent means, assault or intimidation; and
- (c) prohibition on market manipulation. (AWATAGUCHI, T; NAGASE, T. **Blockchain and cryptocurrency regulation 2020 Japan**).

Com relação à prevenção de lavagem de dinheiro, o *Act on Prevention of Transfer of Criminal Proceeds* obriga as empresas de exchange a:

<sup>70</sup>(i) verify identification data of the customer and a person who has substantial control over the customer's business for the purpose of conducting the transaction and occupation of business; (ii) prepare verification records and transactions records; (iii) maintain the records for seven years; and (iv) report suspicious transactions to the relevant authority, and so forth.(AWATAGUCHI, T; NAGASE, T. **Blockchain and cryptocurrency regulation 2020 Japan**).

É importante frisar que, no caso de usuários que possuem unidades de criptoativos para o propósito exclusivo de investimento, não há necessidade de efetuar o registro junto ao governo do Japão, como supracitado, já que a ideia é aplicar essa legislação sobre as provedoras de exchange com o intuito de proteger os consumidores. Nesse mesmo sentido, como o processo de mineração não é considerado um serviço de exchange, também não foram estipuladas regulações sobre este ponto.

Outro elemento que merece destaque no escopo regulatório japonês é a chamada “*Basic policy of Regulatory Sandbox scheme in Japan*”<sup>71</sup>, com objetivo de

---

<sup>69</sup> 5. Introdução aos regulamentos que governam atos injustos em transações de ativos criptografados ou de derivativos criptográficos:

proibição de atos ilícitos;  
proibição de divulgação de boatos, uso de meios fraudulentos, agressão ou intimidação; e  
proibição de manipulação do mercado. (tradução livre).

<sup>70</sup> i) verificar dados de identificação do cliente e de uma pessoa que tenha controle substancial sobre os negócios do cliente com a finalidade de realizar a transação e ocupação dos negócios; (ii) preparar registros de verificação e registros de transações; (iii) manter os registros por sete anos; e (iv) relatar transações suspeitas à autoridade relevante e assim por diante. (tradução livre).

<sup>71</sup> “A FinTech sandbox or an application program interface (API) sandbox is an environment that innovators and testers can use to mimic the characteristics exhibited by the production environment on a real-time basis to help simulate responses from all the systems an application interfaces with. This enables banks and FinTech players to experiment with innovative financial products or services within a well-defined space and duration. Moreover, the presence of appropriate safeguards helps in containing the consequences of failure. Essentially, the sandbox allows for the pilot testing of newly developed technologies.”

Uma Sandbox Fintech ou uma interface do programa de aplicação (API) sandbox é um ambiente que inovadores e verificadores podem usar para simular as características exibidas pela produção de um ambiente em tempo real para ajudar na simulação de respostas provenientes de todos os sistemas que um aplicativo interage. Isso permite que bancos e operadores da FinTech experimentem com

testar a aplicação de novas tecnologias nesse setor, além do fato de a FSA ter concedido status de agência auto-reguladora à Associação de Câmbio Virtual do Japão (*Japan Virtual Currency Exchange Association*)<sup>72</sup>.

Por fim, as novas determinações japonesas consideram que o imposto sobre consumo não incide sobre a mera venda de unidades de bitcoin. Em contrapartida, lucros obtidos por meio do uso ou da venda deste criptoativos serão tratadas como “*miscellaneous income*” o que na prática faz referência a um lucro obtido por vias não tradicionais, ou seja, valores não vinculados a um salário, por exemplo.

O ponto focal sobre o Japão é o pioneirismo do país em aprovar um projeto de lei, que será aplicado em abril de 2020, com uma regulação que vai além de meramente determinar a incidência de leis fiscais e penais sobre as transações feitas com criptoativos. Em verdade, foi desenvolvido um sistema envolvendo as operadoras de exchange, os serviços de compra e venda e os indivíduos proprietários de unidades de bitcoin e, além disso, foi concedida autoridade a um regulador dentro do Estado, para que exista maior segurança, fiscalização e presença do governo nessa seara dos criptoativos.

Comparativamente com o que foi exposto sobre o México e o Canadá, o Japão deu um passo a mais ao desenvolver um novo sistema para aplicação do escopo regulatório: o foco se mantém menos nos consumidores/clientes e mais nas empresas provedoras de exchange (o que pode ser um método mais eficaz de fiscalização); além disso, ao invés de apenas conceder poderes fiscalizatórios ao Banco Central, foi construída a triangulação da governabilidade entre procuradores, proprietários e autoridade reguladora (concedendo esse status à Associação de Câmbio Virtual do Japão).

Se por um lado essa estratégia de regulação indica uma receptividade maior do país frente à tecnologia em estudo e uma tentativa de adaptação do sistema à

---

produtos financeiros inovadores ou serviços dentro de um espaço e duração bem definidos. Mais ainda, a presença de salvaguardas apropriadas ajuda a conter as consequências da falha. Essencialmente, o sandbox permite o teste piloto de tecnologias recém-desenvolvidas.”

(**The Sandbox Approach**. Disponível em

<<https://www.pwc.in/consulting/financial-services/fintech/fintech-insights/the-sandbox-approach.html>>, acessado em 24/10/2019, 15:03).

<sup>72</sup> HELMS, K. **Japan Reveals Expectations for Crypto Industry Self-Regulation**, 2018. Disponível em <<https://news.bitcoin.com/japan-cryptocurrency-industry-self-regulation/>>.

presença dos criptoativos, por outro lado é perceptível que o viés restritivo e fiscalizatório que permeia todo o projeto.

### 2.3.3. O Estado de Wyoming nos Estados Unidos

O estado de Wyoming nos Estados Unidos da América possui atualmente treze projetos de lei aprovados especificamente para regulação de criptoativos. Entre os estudiosos, essa estratégia é colocada como uma das mais amigáveis e proativas do mundo no âmbito da integração do Bitcoin a ordenamentos jurídicos.

A primeira delas que merece ser destacada é o “File n°. SF 0125”, que trata de assuntos gerais concernentes aos criptoativos e classifica-os como uma propriedade pessoal e intangível para efeitos de aplicabilidade do “Uniform Commercial Code”, o que na prática significa o uso das mesmas regras que são aplicadas ao dinheiro<sup>73</sup>:

<sup>74</sup>34-29-102. Classification of digital assets as property; applicability to Uniform Commercial Code.

(a) Digital assets are classified in the following manner:

(i) Digital consumer assets are intangible personal property and shall be considered general intangibles, as defined in W.S. 34.1-9-102(a)(xlii), only for the purposes of article 9 of the Uniform Commercial Code, title 34.1, Wyoming statutes; (**FILE NO. SF0125. SIXTY-FIFTH LEGISLATURE OF THE STATE OF WYOMING 2019 GENERAL SESSION. ORIGINAL SENATE**)

O mesmo arquivo também traz em sua redação a autorização para que bancos do estado possam prestar um “serviço de custódia” dos investimentos em forma de ativos virtuais. Para tanto, a instituição bancária deve avisar a autoridade responsável do estado (“comissioner”, comissário, numa tradução livre, especificado na redação legal) e implementar as medidas impostas em lei para cumprir com o

<sup>73</sup>What do Wyoming's New 13 Blockchain Laws Means?, LONG, Caitlin. Forbes. 2019. Disponível em <https://www.forbes.com/sites/caitlinlong/2019/03/04/what-do-wyomings-new-blockchain-laws-mean/>, acesso em 20/10/2019, 16:50.

<sup>74</sup> 34-29-102. Classificação de ativos digitais como propriedade; aplicabilidade ao Código Comercial Uniforme.

(a) Os ativos digitais são classificados da seguinte maneira:

(i) Os ativos digitais do consumidor são propriedade pessoal intangível e devem ser considerados intangíveis gerais, conforme definido em W.S. 34.1-9-102 (a) (xlii), apenas para os fins do artigo 9 do Código Comercial Uniforme, título 34.1, estatutos de Wyoming; (tradução livre)

serviço de custódia, como por exemplo cumprir na íntegra todas as leis contra lavagem de dinheiro, identificação de clientes e afins:

<sup>75</sup>34-29-104. Digital asset custodial services.

(a) A bank may provide custodial services consistent with this section upon providing sixty (60) days written notice to the commissioner. The provisions of this section are cumulative and not exclusive as an optional framework for enhanced supervision of digital asset custody. If a bank elects to provide custodial services under this section, it shall comply with all provisions of this section. **(FILE NO. SF0125. SIXTY-FIFTH LEGISLATURE OF THE STATE OF WYOMING 2019 GENERAL SESSION. ORIGINAL SENATE)**

Destaque-se que os ativos sob custódia do banco não poderão ser utilizados pelo mesmo, a não ser que haja autorização expressa do cliente e proprietário do ativo para tal, além disso, a instituição deverá enviar avisos escritos e requerer conhecimento dos proprietários dos ativos para uma série de operações, como a aplicação de atualizações no código source, aumento de risco em transações entre outros. Até o período que o ativo será mantido em custódia da instituição bancária deve ser estipulado por escrito.

<sup>76</sup>(d) Digital assets held in custody under this section are not depository liabilities or assets of the bank. A bank, or a subsidiary, may register as an investment adviser, investment company or broker dealer as necessary. A bank shall maintain control over a digital asset while in custody. A customer shall elect, pursuant to a written agreement with the bank, one (1) of the following relationships for each digital asset held in custody:

(...)

(g) A bank shall provide clear, written notice to each customer, and require written acknowledgement, of the following:

(...)

(h) A bank and a customer shall agree in writing to a time period within which the bank must return a digital asset held in custody under this section. If a

---

<sup>75</sup> 34-29-104. Serviços de custódia de ativos digitais.

(a) Um banco pode fornecer serviços de custódia consistentes com esta seção mediante notificação por escrito ao comissário por sessenta (60) dias. As disposições desta seção são cumulativas e não exclusivas como uma estrutura opcional para supervisão aprimorada da custódia de ativos digitais. Se um banco optar por prestar serviços de custódia sob esta seção, deverá cumprir todas as disposições desta seção. (tradução livre)

<sup>76</sup> (d) Os ativos digitais custodiados sob esta seção não são passivos depositários ou ativos do banco. Um banco ou uma subsidiária pode se registrar como consultor de investimentos, empresa de investimentos ou corretor, conforme necessário. Um banco deve manter o controle sobre um ativo digital enquanto estiver em custódia. Um cliente deve eleger, de acordo com um contrato por escrito com o banco, um (1) dos seguintes relacionamentos para cada ativo digital mantido em custódia:

(g) Um banco deve fornecer um aviso claro e por escrito a cada cliente e exigir um aviso por escrito do seguinte:

(h) Um banco e um cliente devem concordar por escrito em um período dentro do qual o banco deve devolver um ativo digital mantido em custódia sob esta seção. Se um cliente fizer uma eleição de acordo com o parágrafo (d) (ii) desta seção, o banco e o cliente também poderão concordar por escrito na forma em que o ativo digital será devolvido. (tradução livre)

customer makes an election under paragraph (d)(ii) of this section, the bank and the customer may also agree in writing to the form in which the digital asset shall be returned. (FILE NO. SF0125. SIXTY-FIFTH LEGISLATURE OF THE STATE OF WYOMING 2019 GENERAL SESSION. ORIGINAL SENATE)

Ademais, no que tange à questão da propriedade, o ato denominado em inglês de *Rehypothecation*<sup>77</sup> (utilizar ativos depositados por outros indivíduos como investimento em operações do próprio banco) é um crime no Estado de Wyoming, o que significa dizer que os bancos responsáveis por esses ativos não possuem autoridade para utilizar os criptoativos - salvo se houver autorização expressa do cliente - sendo mantida a propriedade direta do indivíduo. A expectativa com esse fato é organizar com mais assertividade o sistema de posses sobre unidades de Bitcoin, uma vez que se espera fique mais claro a quem pertence cada fração do ativo já que não poderão ser finalizadas operações envolvendo unidades de Bitcoin em que conste dúvida sobre seu domínio:

**34-29-104. Digital asset custodial services<sup>78</sup>.**

<sup>79</sup>(k) A bank shall not authorize or permit rehypothecation of digital assets under this section. The bank shall not engage in any activity to use or exercise discretionary authority relating to a digital asset except based on customer instructions. (TITLE 34 - PROPERTY, CONVEYANCES AND SECURITY TRANSACTIONS, CHAPTER 29 - DIGITAL ASSETS)

Além das determinações mencionadas, o arquivo conta com uma série de outras obrigações a serem cumpridas pelos bancos que optarem por prestar essa modalidade de serviço.

Dando seguimento ao tema, o estado de Wyoming editou também a “Bill N°. HB0074” que trata da autorização para que sejam criados “bancos” especializados em atividades com criptoativos sob a justificativa que instituições financeiras tradicionais estavam se recusando a prestar serviços bancários relacionados a esses ativos ou aceitar depósitos de quantias obtidas por meio da venda destes.

---

<sup>77</sup> **Intro to Wyoming Crypto Law.** Medium. 2019. Disponível em <<https://medium.com/cryptolawreview/intro-to-wyoming-crypto-law-1f7ffa10c0a7>>, acessado em 24/10/2019, 15:50.

<sup>78</sup> TITLE 34 - PROPERTY, CONVEYANCES AND SECURITY TRANSACTIONS, CHAPTER 29 - DIGITAL ASSETS. Wyoming, EUA. Disponível em <<https://wyoleg.gov/statutes/compress/title34.pdf>>, acessado em 24/10/2019, 16:04.

<sup>79</sup> (k) Um banco não deve autorizar ou permitir a reconfiguração de ativos digitais de acordo com esta seção. O banco não deve se envolver em nenhuma atividade para usar ou exercer autoridade discricionária relacionada a um ativo digital, exceto com base nas instruções do cliente. (tradução livre)

Dessa forma, tendo em vista a importância da aplicação de leis estaduais e federais para o sucesso da rede de Blockchain e seus ativos, viu-se necessária a Bill HB0074.

Apesar do nome, o serviço prestado não é idêntico à ideia tradicional de um banco. Em primeiro lugar essas pessoas jurídicas não poderão fazer empréstimos ou movimentação de ativos, servindo apenas para fins de depósito e estão sujeitas ao Wyoming Business Corporation Act:

<sup>80</sup>13-12-103. Special purpose depository institutions created as corporations; operating authority; powers; prohibition on lending. (a) Consistent with this chapter, special purpose depository institutions shall be organized as corporations under the Wyoming Business Corporation Act to exercise the powers set forth in subsection (b) of this section. **(BILL NO. HB0074. SIXTY-FIFTH LEGISLATURE OF THE STATE OF WYOMING 2019 GENERAL SESSION. ORIGINAL HOUSE).**

Mais ainda, foram estabelecidos critérios para a criação dessas entidades, tais como ser uma corporação, manter um valor mínimo de depósito na instituição equivalente a cinco milhões de dólares, cumprir integralmente as leis contra lavagem de dinheiro, entre outros elementos dispostos:

<sup>81</sup>13-12-104. Requirements relating to depositors; nature of business. (a) No depositor shall maintain an account with a special purpose depository institution or otherwise receive any services from the institution unless the depositor meets the criteria of this subsection. A depositor shall: (i) Be a legal entity other than a natural person; (ii) Be in good standing with the jurisdiction in the United States in which it is incorporated or organized; (iii) Maintain deposits with the institution totaling not less than five thousand dollars (\$5,000.00);

---

<sup>80</sup> 13-12-103. Instituições depositárias para fins especiais criadas como corporações; autoridade operacional; poderes; proibição de empréstimos. (a) De acordo com este capítulo, as instituições depositárias de propósito específico serão organizadas como corporações sob a Lei da Corporação Empresarial de Wyoming para exercer os poderes estabelecidos na subseção (b) desta seção. (tradução livre)

<sup>81</sup> 13-12-104. Requisitos relativos a depositantes; natureza do negócio. (a) Nenhum depositante deve manter uma conta em uma instituição depositária de propósito específico ou receber quaisquer serviços da instituição, a menos que o depositante atenda aos critérios desta subseção. Um depositante deve: (i) Ser uma pessoa jurídica que não seja uma pessoa singular; (ii) Estar em conformidade com a jurisdição nos Estados Unidos em que está incorporada ou organizada; (iii) Manter depósitos junto à instituição no valor de US \$ 5.000,00 (cinco mil dólares); (iv) Estar envolvido em um negócio legal e de boa fé, consistente com a subseção (c) desta seção e com a W.S. 13-12-103 (f); e (v) Disponibilizar evidências suficientes para a instituição depositária de propósito específico, a fim de permitir a conformidade com os requisitos de combate à lavagem de dinheiro, identificação de clientes e propriedade benéfica, conforme determinado pela instituição.(tradução livre)



- (iv) Be engaged in a lawful, bona fide business, consistent with subsection (c) of this section and W.S. 13-12-103 (f); and
- (v) Make sufficient evidence available to the special purpose depository institution to enable compliance with anti-money laundering, customer identification and beneficial ownership requirements, as determined by the institution. **(BILL NO. HB0074. SIXTY-FIFTH LEGISLATURE OF THE STATE OF WYOMING 2019 GENERAL SESSION. ORIGINAL HOUSE).**

Um ponto de grande relevância sobre essas instituições é a obrigatoriedade de serem mantidos ativos líquidos equivalentes a 100% dos depósitos feitos em cripto:

- <sup>82</sup>13-12-105. Required liquid assets.
- (a) At all times, a special purpose depository institution shall maintain unencumbered liquid assets valued at not less than one hundred percent (100%) of its depository liabilities. **(BILL NO. HB0074. SIXTY-FIFTH LEGISLATURE OF THE STATE OF WYOMING 2019 GENERAL SESSION. ORIGINAL HOUSE).**

Uma vez que o governo federal dos Estados Unidos ainda não possui legislação sobre o tema, o documento também determina que sejam disponibilizados avisos constantes nos sites das instituições indicando que as atividades não são seguradas por uma agência federal.

- <sup>83</sup>13-12-108. Required disclosures.
- (a) A special purpose depository institution shall display on any internet website it maintains, and at each window or place where it accepts deposits, a sign conspicuously stating that deposits are not insured by the federal deposit insurance corporation, if applicable.
  - (b) Upon opening an account and if applicable, a special purpose depository institution shall require each depositor to execute a statement acknowledging that all deposits at the special purpose depository institution are not insured by the federal deposit insurance corporation. The special purpose depository institution shall permanently retain this acknowledgment.

---

<sup>82</sup> 13-12-105. Ativos líquidos necessários. (a) Em todo momento, uma instituição depositária de propósito específico deve manter ativos líquidos não onerados, avaliados em pelo menos 100% (cem por cento) de seus passivos depositários. (tradução livre)

<sup>83</sup> 13-12-108. Divulgações necessárias. (a) Uma instituição depositária de finalidade específica deve exibir em qualquer site da Internet que mantenha, e em cada janela ou local onde aceita depósitos, um sinal declarando conspicuamente que os depósitos não são segurados pela empresa federal de seguros de depósito, se aplicável.

(b) Ao abrir uma conta e, se aplicável, uma instituição depositária de finalidade específica exigirá que cada depositante execute uma declaração reconhecendo que todos depósitos na instituição depositária de propósito específico não são segurados pela companhia federal de seguros de depósitos. A instituição depositária de finalidade especial deve reter permanentemente esse reconhecimento.

(c) Uma instituição depositária de finalidade específica deve incluir em toda publicidade uma divulgação de que os depósitos não são segurados pela empresa federal de seguros de depósitos, se aplicável.

(c) A special purpose depository institution shall include in all advertising a disclosure that deposits are not insured by the federal deposit insurance corporation, if applicable. **(BILL NO. HB0074. SIXTY-FIFTH LEGISLATURE OF THE STATE OF WYOMING 2019 GENERAL SESSION. ORIGINAL HOUSE).**

A Bill HB0074 especifica também quais os requisitos para que uma instituição de depósito possa ser criada e autorizada a exercer suas atividades, podendo esta autorização ser revogada, suspensa ou mesmo expirada a depender das circunstâncias, todas discriminadas no corpo da documentação. Contudo, caso a instituição ainda possua pendências, suas atividades serão mantidas e sujeitas à legislação até que o período de liquidação seja encerrado.

Por fim, interessa destacar que essas pessoas jurídicas podem ser requeridas pelo “comissioner” a prestar informações a qualquer tempo e que, caso haja omissão, o mesmo pode estipular multas por dia de atraso.

<sup>84</sup>13-12-119. Reports and examinations; supervisory fees; required private insurance or bond.

(a) The commissioner may call for reports verified under oath from a special purpose depository institution at any time as necessary to inform the commissioner of the condition of the institution.

13-12-124. Failure to submit required report; fees; rules. If a special purpose depository institution fails to submit any report required by this chapter or by rule within the prescribed period, the commissioner may impose and collect a fee for each day the report is overdue, as established by rule. **(BILL NO. HB0074. SIXTY-FIFTH LEGISLATURE OF THE STATE OF WYOMING 2019 GENERAL SESSION. ORIGINAL HOUSE).**

A temática relacionada aos impostos devidos é tratada pelo File N°. SF0111. A nível estadual, propriedades intangíveis (como é o caso do Bitcoin de acordo com o file File 125) são isentas de tributação em Wyoming. Logo, a única carga fiscal que incide sobre este criptoativo são as existentes a nível federal:

<sup>85</sup>39-11-105. Exemptions.

---

<sup>84</sup> 13-12-119. Relatórios e exames; honorários de supervisão; seguro privado obrigatório ou fiança.

(a) O comissário pode solicitar relatórios verificados sob juramento de uma instituição depositária de finalidade especial a qualquer momento, conforme necessário, para informar o comissário da condição da instituição.

13-12-124. Falha no envio do relatório necessário; honorários; regras. Se uma instituição depositária de propósito específico não enviar qualquer relatório exigido por este capítulo ou por regra dentro do prazo prescrito, o comissário poderá impor e cobrar uma taxa por cada dia em que o relatório estiver vencido, conforme estabelecido por regra. (tradução livre)

<sup>85</sup> 39-11-105. Isenções.

(b) Serão isentos do imposto predial:

(b) The following shall be exempt from property taxation:

(vi) Any of the following intangible items:

(A) Money and cash on hand including currency, gold, silver and other coin, bank drafts, certified checks, and cashier's checks; and virtual currencies. As used in this subparagraph, "virtual currency" means any type of digital representation of value that:

(I) Is used as a medium of exchange, unit of account or store of value; and

(II) Is not recognized as legal tender by the United States government. **(FILE**

**NO. SF0111. SIXTY-FOURTH LEGISLATURE OF THE STATE OF WYOMING 2018 BUDGET SESSION. ORIGINAL SENATE)**

Interessa destacar que o item II da redação colacionada acima ressalta o fato de unidades de bitcoin não serem reconhecidas como um curso legal pelo governo dos Estados Unidos, em contrapartida, o item I reconhece o uso do Bitcoin como meio de troca, unidade de conta e reserva de valor - todos elementos mencionados no capítulo 2 como atributos de uma moeda e que também estão presentes neste criptoativo.

Outro elemento importante a ser frisado é a criação de uma *Sandbox*, assim como feito no Japão. Diante da necessidade de um ambiente flexível e supervisionado, foi editada a Bill N°. HB0057, a qual especifica os procedimentos necessários para a instituição e operação de uma *Sandbox*, bem como sua segurança.

Em artigo publicado na Forbes, a veterana de *Wall Street* Caitlin Long<sup>86</sup> destaca dois outros documentos que guardam relevância com a temática de Bitcoins: Bill N° HB0113 e e File N°. SF0159. O primeiro autoriza que sejam feitos acordos diretos entre operadoras de eletricidade e clientes com alta demanda de energia. Isso interessa especialmente aos mineradores que, como explicado no capítulo 1 do presente trabalho, fazem uso de seus dispositivos eletrônicos para resolver complexos problemas matemáticos responsáveis pela autenticação das

---

(vi) Qualquer um dos seguintes itens intangíveis:

(A) Dinheiro e dinheiro disponível, incluindo moeda, ouro, prata e outras moedas, saques bancários, cheques certificados e cheques bancários; e moedas virtuais. Conforme usado neste parágrafo, "moeda virtual" significa qualquer tipo de representação digital de valor que:

(I) É usado como meio de troca, unidade de conta ou reserva de valor; e

(II) Não é reconhecido como moeda legal pelo governo dos Estados Unidos. (tradução livre)

<sup>86</sup>**What do Wyoming's New 13 Blockchain Laws Means?**, LONG, Caitlin. Forbes. 2019. Disponível em

<<https://www.forbes.com/sites/caitlinlong/2019/03/04/what-do-wyomings-new-blockchain-laws-mean/>>, acesso em 20/10/2019, 16:50.

transações feitas na rede. Como consequência, há um altíssimo consumo energético, de modo que viu-se a necessidade de edição dessa lei<sup>87</sup>.

O segundo documento, embora não totalmente ligado ao assunto, guarda estreita relação com a temática. Trata-se da venda de estações de geração de energia que seriam descontinuadas à pessoas físicas. Como destaca Long, essa possibilidade permite que mineradores com alta demanda energética adquiram as ditas estações.

Por fim, na seara jurídica, interessa mencionar dois dispositivos. O primeiro é a competência das cortes, especificada no File N°.125, 34-29-105:

**<sup>88</sup>34-29-105.** Jurisdiction of courts. The courts of Wyoming shall have jurisdiction to hear claims in both law and equity relating to digital assets, including those arising from this chapter and the Uniform Commercial Code, title 34.1, Wyoming statutes. **(TITLE 34 - PROPERTY, CONVEYANCES AND SECURITY TRANSACTIONS, CHAPTER 29 - DIGITAL ASSETS)**

O segundo, presente no File N°. SF0104, cria a denominada *Chancery Court of the State of Wyoming*<sup>89</sup>. As atribuições, composição, jurisdição, entre outros, são todos especificados na redação do documento, que também dispõe que a Corte Suprema de Wyoming terá poderes de supervisão e administração sobre a *chancery court*:

<sup>90</sup>5-13-103. Number of judges; location of chambers; concurrent jurisdiction.

---

<sup>87</sup> Importa destacar que esses acordos são feitos sem o prejuízo dos demais clientes da provedora, devendo ser editados relatórios a cada três anos para verificar o impacto desses acordos no quadro geral.

<sup>88</sup> 34-29-105. Jurisdição dos tribunais. Os tribunais do Wyoming terão jurisdição para ouvir reivindicações, tanto na lei quanto no patrimônio, relacionadas a ativos digitais, incluindo as decorrentes deste capítulo e do Código Comercial Uniforme, título 34.1, estatutos do Wyoming. (tradução livre)

<sup>89</sup> A court of equity, in which a judge can order acts performed, such as that a contract be modified or an activity stopped. The chancery court's functions are distinct from those of common law courts, which can order money damages to be paid, and where jury trials are available. The division between chancery and equity courts is partly based on the old English legal system. However, the original reason for the division between courts, which was so that law courts could follow statutory rules and equity courts could rule on issues of fairness, has been mostly lost. Chancery courts still exist in a few U.S. states today (check with the individual court for an exact list of what types of cases it hears). In other states, chancery court functions have been merged into the regular law courts' activities. Definition provided by Nolo's Plain-English Law Dictionary. Disponível em **Legal Information Institute** <<https://www.law.cornell.edu/wex/chancery>>, acesso em 20/10/2019, 16:53.

<sup>90</sup> 5-13-103. Número de juízes; localização de câmaras; jurisdição concorrente.

(a) O tribunal de chancelaria do estado de Wyoming deve consistir em não mais que três (3) juízes. A localização das câmaras e a designação dos casos serão prescritas por regras promulgadas pelo Supremo Tribunal.

(a) The chancery court of the state of Wyoming shall consist of no more than three (3) judges. The location of chambers and assignment of cases shall be prescribed by rules promulgated by the supreme court.

(b) All chancery court judges in the state shall have concurrent jurisdiction throughout the state as provided in W.S. 5-13-115(d).

5-13-104. Supreme court to adopt rules; fees and court costs; rules of procedure to govern courts; place for holding court; inherent powers; appeals.

(a) The Wyoming supreme court is hereby vested with management and supervisory powers, including financial auditing authority, over the chancery court of the state of Wyoming. The Wyoming supreme court shall establish procedures and regulations for the effective and expeditious resolution of disputes between parties and the administration of the business of the chancery court, including the Wyoming Rules of Civil Procedure for the Chancery Courts and procedures for:

(...)

5-13-115. Purpose and jurisdiction.

(a) The chancery court shall be a court of limited jurisdiction established for the expeditious resolution of disputes involving commercial, business, trust and similar issues. The chancery court shall employ nonjury trials, alternative dispute resolution methods and limited motions practice and shall have broad authority to shape and expedite discovery as provided in the rules adopted by the supreme court to govern chancery courts.

(b) The chancery court shall have jurisdiction to hear and decide actions for equitable or declaratory relief and for actions where the prayer for money recovery is an amount exceeding fifty thousand dollars (\$50,000.00), exclusive of claims for punitive or exemplary damages, prejudgment or post judgment interest, costs and attorney fees provided the cause of action arises from at least one (1) of the following: **(FILE NO. SF0104. SIXTY-FIFTH LEGISLATURE OF THE STATE OF WYOMING 2019 GENERAL SESSION. ORIGINAL SENATE)**

Pelos elementos mencionados acima, conclui-se que a legislação editada em Wyoming é muito menos focada na aplicabilidade de leis fiscais em comparação aos

---

(b) Todos os juízes dos tribunais de chancelaria do estado devem ter jurisdição concorrente em todo o estado, conforme disposto em W.S. 5-13-115 (d).

5-13-104. Supremo tribunal para adotar regras; honorários e custas judiciais; regras de procedimento para governar os tribunais; local para julgamento; poderes inerentes; recursos.

(a) O tribunal supremo de Wyoming é investido de poderes de gerenciamento e supervisão, incluindo autoridade de auditoria financeira, sobre o tribunal de chancelaria do estado de Wyoming. O Supremo Tribunal de Wyoming estabelecerá procedimentos e regulamentos para a resolução efetiva e rápida de disputas entre as partes e a administração dos negócios do tribunal de chancelaria, incluindo as Regras de Procedimento Civil de Wyoming para os Tribunais de Chancelaria e procedimentos para: 5-13-115. Objetivo e jurisdição.

(a) O tribunal de chancelaria deve ser um tribunal de jurisdição limitada, estabelecido para a resolução rápida de disputas envolvendo questões comerciais, comerciais, de confiança e similares. O tribunal de chancelaria deve empregar julgamentos sem júri, métodos alternativos de resolução de disputas e prática de moções limitadas e terá ampla autoridade para moldar e acelerar a descoberta, conforme previsto nas regras adotadas pelo tribunal supremo para governar os tribunais de chancelaria.

(b) O tribunal de chancelaria terá jurisdição para ouvir e decidir ações de alívio equitativo ou declaratório e para ações em que a oração pela recuperação de dinheiro seja superior a US \$ 50.000,00 (cinquenta mil dólares), excluindo reivindicações por danos punitivos ou exemplares, preconceito ou publicar juros, custos e honorários advocatícios desde que a causa da ação decorra de pelo menos um (1) dos seguintes itens:

outros locais estudados. Em verdade, o foco das leis supracitadas parece ser muito mais em construir todo um sistema (que engloba aspecto jurídico, o econômico e a prestação de serviços) para resguardar os direitos e o investimentos dos clientes, sem minar as características positivas suscitadas pela tecnologia ou a liberdade de transações operacionalizada no sistema.

Encerradas as considerações sobre as diferentes estratégias regulatórias adotadas internacionalmente e seus contrapontos, será dado seguimento ao presente estudo por meio da exposição dos projetos de lei e instruções adotadas pelo Estado Brasileiro até o momento no âmbito da regulação de criptoativos, numa tentativa de concluir se há, com base nos parâmetros já apresentados, um modelo estratégico do qual o Brasil mais se aproxima ou no qual deveria pautar-se em uma futura regulação.

### 3. CAPÍTULO 3 - COMPARATIVO CRONOLÓGICO DO QUADRO REGULATÓRIO INTERNACIONAL E DO APRESENTADO NO BRASIL

Dadas as considerações sobre a regulação do Bitcoin no âmbito internacional, interessa como último ponto de análise do presente trabalho a comparação desses elementos com o que já foi construído no ordenamento jurídico brasileiro. Com isso, visa-se aferir se o Brasil se encaixa em alguns dos modelos regulatórios citados acima, se o quadro regulatório nacional ainda é incipiente ou se é necessário aguardar um envolvimento mais concreto dos Estados dentro deste tema para que possa ser alcançada uma conclusão a respeito.

#### 3.1. AVANÇO CRONOLÓGICO DO POSICIONAMENTO BRASILEIRO SOBRE O TEMA

Após o lançamento do Bitcoin, uma série de países e organizações internacionais optaram por observar os avanços regulatórios e se manterem neutros a respeito de eventuais posicionamentos sobre a legalidade ou não dessa criptomoeda. A princípio, o Brasil foi um desses Estados.

##### 3.1.1. Comunicado n. 25.306 Banco Central, 2014.

O primeiro pronunciamento oficial de uma entidade brasileira ocorreu somente em fevereiro de 2014, 5 anos após o lançamento do Bitcoin, quando o Banco Central do Brasil publicou o Comunicado n. 25.306<sup>91</sup>. O documento visava em primeiro lugar distinguir o conceito de moeda eletrônica do de moeda virtual:

Moedas eletrônicas, conforme disciplinadas por esses atos normativos, são recursos armazenados em dispositivo ou sistema eletrônico que permitem ao usuário final efetuar transação de pagamento denominada em moeda nacional. **Por sua vez, as chamadas moedas virtuais possuem forma própria de denominação, ou seja, são denominadas em unidade de conta distinta das moedas emitidas por governos soberanos, e não se caracterizam dispositivo ou sistema eletrônico para armazenamento em reais. (COMUNICADO Nº 25.306, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2014, Banco Central do Brasil. 2014).**

---

<sup>91</sup>COMUNICADO Nº 25.306, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2014, Banco Central do Brasil. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Comunicado&numero=25306>, acesso em 21/10/2019, 16:56.

Ou seja, moedas virtuais na verdade não eram reconhecidas nem como moeda (uma vez que não havia uma autoridade<sup>92</sup> soberana responsável por sua emissão) nem como ativo (pois não era reconhecida sequer sua capacidade de armazenamento de valor). O comunicado discorria, também, sobre: a regulação incipiente do tema no âmbito internacional; a ausência de uma autoridade monetária que validasse a emissão do Bitcoin; a impossibilidade de conversão para uma moeda oficial e a ausência de uma garantia de seu valor, ficando à mercê da confiança dos usuários do sistema; a alta volatilidade do Bitcoin em virtude do baixo volume de transações e baixo nível de aceitação mundial; a possibilidade de aplicação de medidas punitivas por autoridades estatais e a consequente variação de preço como efeito colateral; a possibilidade de envolvimento do sistema com atividades ilícitas; o risco de perda patrimonial por desvalorização total do Bitcoin ou por armazenamento de carteiras virtuais em função da atividade de hackers. Por fim, a entidade brasileira afirmou que as intituladas “moedas virtuais” ainda não ofereciam risco ao Sistema Financeiro Nacional e que eventual regulação seria estudada para aplicação futura, se necessário.

A análise ponto a ponto do documento mencionado acima demonstra que alguns elementos dessa discussão já foram superados enquanto outros ainda ensejam divergência. A ausência de regulação, a impossibilidade de conversão para uma moeda oficial e o baixo volume de transações e confiabilidade são tópicos já abordados neste trabalho como superados, uma vez que existe uma proatividade de diversos locais do globo em buscar um escopo regulatório adequado para o tema, bem como já são aceitas unidades de bitcoin para diversos tipos de transações monetárias ao redor do mundo e, por fim, estudos estatísticos (como o exposto no capítulo 2) comprovam o aumento de interesse e confiança dos indivíduos nesse tipo de sistema.

Em contrapartida, outros pontos do mesmo documento se mostraram reais ou ainda permanecem numa zona cinzenta. Por exemplo, é certo que a atuação de Estados pode causar variações de preço na unidade de bitcoin, efeito decorrente

---

<sup>92</sup> Nos termos do exposto nas notas número 51 e 54 *supra*, entende-se aqui a palavra autoridade como sinônimo de um Estado Soberano (ou de uma Organização Internacional), no sentido de que a ideia de moeda na acepção tradicional só é possível por meio dessa espécie de “certificação” fornecida pelo poder estatal e reconhecida no âmbito externo pelos demais países.



muito em função da permeabilidade crescente entre os mercados ou, ainda, é sabido que as provedoras de exchange não estão plenamente desenvolvidas e imunes à atuação de hackers<sup>93</sup>. Com relação ao ponto sobre atividades ilícitas, foi citado no capítulo anterior a possibilidade de marcar intencionalmente unidades de bitcoin que participaram de transações desse tipo, o que interferiria na fungibilidade do ativo, mas resolveria a questão investigatória, e em teoria poderia sanar o problema citado no comunicado publicado pelo Banco Central.

Já a discussão sobre a ausência de uma autoridade que valida a emissão e as transações do sistema de Bitcoin, aliada a falta de confiabilidade do sistema, permanece controversa. Como se depreende do exposto no capítulo 1, a emissão do Bitcoin é feita por meio da atividade de mineração e o controle/registro das transações envolvendo esse ativo é desenvolvido dentro do *Blockchain* que, como já exposto, é uma rede pública e hospedada por centenas de milhares de computadores que confirmam simultaneamente um resultado, de modo que para alguma transação monetária seja forjada é necessário que 50% + 1 de toda essa rede entre em um acordo para manipular o sistema.

Além disso, com base nas informações fornecidas no capítulo 1 do presente trabalho, o sistema de *blockchain* faz com que o “livro de registro” do Bitcoin seja imutável retroativamente, de modo que não há falar em ausência de confiança. Ou seja, muito embora o Bitcoin não seja embasado por uma autoridade dentro da acepção clássica de Estado soberano, ainda existe um controle interno feito de forma descentralizada que poderia instituir o sistema da confiabilidade necessária.

Ocorre que, como exposto no capítulo anterior, para a integração do Bitcoin e demais criptoativos aos sistemas econômicos e jurídicos dos países, é necessário o envolvimento dos mesmos como autoridades inseridas na tríade: i) procuradores, ii) proprietários e iii) reguladores. Em resumo, o sistema possui intrinsecamente uma autoridade que controla e valida as transações, contudo, para fins de regulação e confiança na acepção econômica e jurídica, está no interesse do sistema o envolvimento dos países como terceiro agente (não necessariamente com a ideia de igualar os criptoativos ao status ostentado pelas moedas oficiais de cada país, mas

---

<sup>93</sup> Há grande leque de notícias a respeito de provedoras de wallet que sofreram ataques de hackers com alto prejuízo monetário para seus usuários.

ao menos para desconstruir a interpretação de uma “rivalidade” entre os dois sistemas)<sup>94</sup>.

### 3.1.2. Receita Federal, 2014.

No mesmo ano, em 2014, a Receita Federal declarou que Bitcoin e semelhantes seriam comparados a ativos financeiros para fins de tributação<sup>95</sup>, com o intuito de fazer com que os valores em circulação por meio de criptoativos fossem declarados ao fisco. As regras foram estabelecidas como se depreende pela **Figura 9**:

---

<sup>94</sup> “A contribuição ao debate regulatório pode estar, assim, na identificação do seu caráter não-rival em relação à moeda oficial e também no reconhecimento da sua lógica paralela, isto é, concorrente. O objetivo de uma moeda paralela não é assumir o protagonismo monetário de um país – é justamente atuar em relação a ele, quer em caráter de complementaridade, quer em caráter de contraposição.” FOBE, Nicole Julie. **O Bitcoin como moeda paralela – uma visão econômica e a multiplicidade de desdobramentos jurídicos**. Dissertação - Mestrado. FGV. 2016.

<sup>95</sup> **Brasileiro tem que declarar bitcoin; IR pode ser cobrado**, CUCOLO, Eduardo. Folha de São Paulo. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/04/1436809-brasileiro-tem-que-declarar-bitcoin-ir-pode-ser-cobrado.shtml>>, acesso em 21/10/2019, 17:00.

## A DECISÃO DA RECEITA



> Bitcoins devem ser declarados como “outros bens” quando o contribuinte possuir valores superiores a R\$ 1.000

> É obrigatório pagamento de Imposto de Renda nas vendas de valores superiores a R\$ 35 mil



> O ganho de capital na transação é tributado em **15%**, com pagamento no último dia útil do mês seguinte à transação. O IR de negócios realizados nos últimos cinco anos deve ser pago com multa e juros

> Não há regra de conversão da moeda virtual para reais, mas a Receita aceita o uso de cotações divulgadas publicamente por sites particulares

## O QUE É UM BITCOIN PARA O GOVERNO



### Ativo financeiro

A moeda virtual equipara-se a um ativo financeiro para fins tributários. Por isso, aplicam-se as regras do Imposto de Renda



### Meio de pagamento

Como forma de pagamento, é pouco relevante. Por isso, não se aplicam as regras do Banco Central para essas transações, por enquanto



### Moeda

Não tem as características necessárias para ser considerada moeda, um monopólio do Estado, do ponto de vista legal. Para o governo, nunca será uma concorrente do real

**Figura 9 - Determinação da Receita Federal em 2014. Fonte: Folha de São Paulo, Brasileiro tem que declarar bitcoin; IR pode ser cobrado<sup>96</sup>**

Apesar de inicialmente o governo ter o interesse na tributação dos valores referentes à circulação desse ativo, não foi formulado um sistema de cadastro ou de declaração como os exposto no tópico 2.3. Tão somente foram estabelecidas quantias, de modo que indivíduos em posse de valores superiores a R\$ 1.000,00 (mil reais) em Bitcoin deveriam declará-los ao fisco na categoria de “outros bens”. Enquanto isso, seria obrigatório o pagamento de Imposto de Renda sobre vendas que ultrapassaram R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), além de tributação de 15% sobre o ganho de capital de cada transação. Mais ainda, a determinação da receita retroagiu em 05 anos, devendo serem quitados os valores em atraso com multa e juros.

<sup>96</sup>**Brasileiro tem que declarar bitcoin; IR pode ser cobrado**, CUCOLO, Eduardo. Folha de São Paulo. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/04/1436809-brasileiro-tem-que-declarar-bitcoin-ir-pode-ser-cobrado.shtml>, acesso em 21/10/2019, 17:00.

Demonstrou-se no capítulo anterior que existe uma tendência majoritária, mesmo nos países que adotam quadros regulatórios menos restritivos, de dar maior destaque na classificação do Bitcoin as políticas relacionadas à tributação e tipificação penal de crimes como lavagem de dinheiro. Nesse sentido, o Brasil apenas acompanhou a preocupação imediata dos Estados em proteger seu sistema financeiro diante do advento de uma nova tecnologia.

Entretanto interessa destacar que, em muitos casos, essa tendência acaba trazendo pontos de controvérsia, especialmente quando há uma ausência de legislação sobre o tema, já que na tentativa de resolver a questão acabam sendo criados tratamentos discordantes para um mesmo conceito.

### 3.1.3. Projeto de Lei n. 2.303/2015.

Seguindo adiante na linha do tempo, em 2015, surgiu a primeira tentativa de regulação pelo Senado Federal. O Projeto de <sup>97</sup>Lei n. 2303/2015, em trâmite no Congresso Nacional, que aguarda parecer do Relator na Comissão Especial do projeto, visa incluir as moedas virtuais e os planos de milhagem de passagem aérea na categoria de “arranjos de pagamento” monitorada pelo Banco Central:

Art. 1º Modifique-se o inciso I do art. 9º da Lei 12.865, de 09 de outubro de 2013: “Art. 9º ..... I - disciplinar os arranjos de pagamento; incluindo aqueles baseados em moedas virtuais e programas de milhagens aéreas;”

Art. 2º Acrescente-se o seguinte § 4º ao art.11 da Lei 9.613, de 03 de março de 1998: “Art. 11 ..... § 4º As operações mencionadas no inciso I incluem aquelas que envolvem moedas virtuais e programas de milhagens aéreas”

Art. 3º “Aplicam-se às operações conduzidas no mercado virtual de moedas, no que couber, as disposições da Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990, e suas alterações. (**Projeto de Lei n. 2.303/2015**. Aureo - SD/RJ. 2015)

O documento baseia o projeto de lei em um relatório escrito pelo *European Central Bank* em 2012, o qual destacou à época a baixa permeabilidade entre os mercados de criptoativos e a economia real, com baixo volume de transações e de confiança no sistema, assim como o possível envolvimento da tecnologia em atividades escusas. Dessa forma, existia um interesse maior em observar o

---

<sup>97</sup>**Projeto de Lei n. 2.303/2015**. Aureo - SD/RJ. Disponível em <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra.jsessionid=7D557E89D65F07C3A5DD8A8356F35872.proposicoesWebExterno2?codteor=1358969&filename=PL+2303/2015](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra.jsessionid=7D557E89D65F07C3A5DD8A8356F35872.proposicoesWebExterno2?codteor=1358969&filename=PL+2303/2015)>, acesso em 21/10/2019. 17:02.

desenvolvimento da tecnologia para caso fosse necessária sua regulação (em virtude de um aumento de sua emissão ou volume de troca) e uma preocupação com o direito dos consumidores, quais sejam, os usuários da plataforma proprietários de unidades de criptoativos que poderiam perder os valores investidos em virtude de um sistema sem garantia de direitos.

Nessa mesma linha, o projeto de lei foca em três aspectos principais: regulação pelo Banco Central, assegurar os direitos dos consumidores e evitar lavagem de dinheiro e outros tipos penais.

Sem entrar nos pontos já contrapostos em tópicos anteriores, dois elementos merecem ponderação neste projeto de lei. O primeiro deles é a sua própria justificção, que usa argumentos já superados ou informações não mais atuais para embasar a necessidade da proposta. É certo que a alta velocidade de desenvolvimento da tecnologia não coopera para que as tentativas de regulação estejam sempre atualizadas, vez que o sistema de elaboração de leis no ordenamento jurídico é deveras mais lento. De todo modo, também é perceptível que tanto a justificção quanto o projeto de lei em si já estão aquém do quadro mundial regulatório exposto no capítulo anterior e do panorama geral do sistema, fazendo com que o PL já seja insuficiente frente à necessidade regulatória existente hoje.

O segundo ponto é a correlação feita no projeto de lei entre programas de milhagens de passagens aéreas e os criptoativos. Em meio a sua justificção, a redação do documento faz referência a um trecho do relatório editado pelo European Central Bank, o qual menciona a alta movimentação de capital promovida por programas de milhagens, além da possibilidade de compra de milhas com dinheiro real. Nesse sentido, o relatório conclui que esse tipo de programa poderia ser comparado à configuração de uma moeda virtual<sup>98</sup>. Por isso, no mesmo Projeto de Lei 2.303/2015, são mencionados também os programas de milhagens como incluídos no mesmo gênero dos criptoativos e sujeitos à mesma lei.

Ocorre que é inviável falar de programas de milhagens como semelhantes a criptoativos. Isso porque, como explicado no tópico 1.1.1 deste trabalho, o sistema

---

<sup>98</sup>**Virtual Currency Schemes.** European Central Bank. 2012. Disponível em <<https://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/other/virtualcurrencyschemes201210en.pdf>>, acessado em 21/10/2019, 17:04.

de milhagens se assemelha muito mais à categoria de fluxo unidirecional: quando se usa dinheiro real para comprar uma representação de valor virtual que não pode ser convertida novamente em dinheiro mas tão somente trocada por bens e serviços. Dentro desta mesma classificação, o Bitcoin e seus semelhantes são claramente incluídos na categoria de fluxo bidirecional, ou seja, há a possibilidade de compra de unidades de bitcoin usando dinheiro real, bem como a venda de unidades de dinheiro “virtual” em troca de unidades de dinheiro real (câmbio).

Ademais, dialogando com esse conceito de fluxo uni ou bidirecional, há a diferenciação feita pela acadêmica Nicole Fobe<sup>99</sup> entre os gêneros moeda digital e moeda virtual, em que a primeira possuiria uma conversibilidade implícita e a segunda, mesmo sem a conversibilidade, seria ungida de valor dentro do contexto de sua comunidade específica. Tomando como base o Comunicado n. 25.306 Banco Central, supra, as unidades de bitcoin e semelhantes vem sendo amparadas sob a classificação de moeda virtual, o que não condiz com os dados colhidos até o momento sobre o funcionamento do Bitcoin. Em verdade, o programa de milhagens se adequaria muito mais a essa conceituação enquanto que, no caso do Bitcoin, discutiu-se inclusive se não deveria ser criado um novo conceito para a classe (por isso a denominação criptoativo).

É possível concluir, desse modo, que não há falar em uma regulação una para criptoativos e programas de milhagens, e que o projeto de lei em tela já possui entendimento ultrapassado para os parâmetros atuais.

---

<sup>99</sup> “As moedas virtuais poderiam ser encaradas como uma evolução do conceito original de moedas digitais, mas ao longo desta subseção procuro trazer indícios de que elas constituem uma espécie do gênero (moedas digitais) identificado por COHEN. Tratá-las como sinônimos impede que uma maior precisão seja alcançada, já que as formas monetárias virtuais ganham em complexidade, alcance e, principalmente, independência. Isso porque as moedas digitais têm, em última instância, uma conversibilidade implícita. Elas existem na medida em que são conversíveis em uma ou mais moedas oficiais – dependendo para isso de algo análogo a um ente central, que organiza suas atividades e as taxas de conversão. Moedas virtuais, por sua vez, circulam em uma comunidade específica e possuem valor mesmo sem a conversibilidade. Ou seja, o objetivo último de deter uma moeda virtual não é, como ocorre com as digitais, convertê-la em Dólar, Euro ou Real. A moeda virtual possui valor por si só.” ((FOBE, Nicole Julie. **O Bitcoin como moeda paralela – uma visão econômica e a multiplicidade de desdobramentos jurídicos**. 2016. pp. 50).

### 3.1.4. Comunicado n. 31.379 Banco Central, 2017.

Em 2017 o Banco Central publicou o Comunicado n. 31.379<sup>100</sup>, documento em que foi reiterado a maior parte dos pontos já mencionados no comunicado editado em 2014, bem como acrescidos elementos tais como: a ausência de lastro em um ativo real, fazendo com que o risco de investimento em bitcoins ou semelhantes fosse altíssimo; o risco da utilização de criptoativos tanto para fins de investimento como para reserva de valor; a inafastabilidade de aplicação das normas cambiais do Brasil, ou seja, operações com criptoativos no Brasil implicam em celebração de contratos de câmbio. Por fim, o documento afirmou novamente a ausência de riscos para o Sistema Financeiro Nacional e acrescentou que autoridades internacionais não haviam identificado, ainda, necessidade imediata de regulação.

Mais uma vez, como exposto no capítulo anterior, a ideia de lastro como se entende atualmente é muito mais relacionada a uma confiança depositada no sistema pelos indivíduos que dele fazem parte do que um elemento palpável. Isso significa dizer que não há um equivalente concreto de toda a expressividade de uma moeda nacional. Nesse sentido, o Bitcoin também não possui um equivalente físico para os valores expressos na plataforma, ainda assim, a confiança no sistema de Blockchain vem aumentando gradativamente e provocando uma maior estabilidade e capitalização desse mercado.

Além disso, merece atenção a implicação feita pelo Banco Central a respeito dos intitulados contratos de câmbio, o que na prática significa que operações realizadas com unidades de bitcoin são interpretadas como operações de câmbio, ou seja, a compra do “bem” moeda estrangeira com unidades da moeda nacional e vice versa. Ocorre que o conceito de taxa de câmbio na economia é o seguinte:

A taxa de câmbio é o preço, em moeda nacional, de uma unidade de moeda estrangeira. Em outras palavras, a taxa de câmbio é o preço de uma moeda em termos de outra. (NOGAMI, Otto; PASSOS, Carlos Roberto. **Princípios de economia**. pp.537. 7. ed., rev. - São Paulo, SP: Cengage Learning, 2017)

---

<sup>100</sup>**COMUNICADO Nº 31.379, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.** Banco Central do Brasil. 2017.

Disponível em

<<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Comunicado&numero=31379>>, acesso em 21/10/2019. 17:05.

De pronto, nota-se uma controvérsia semelhante à comentada no tópico 3.1.2 em virtude da classificação do Bitcoin como um ativo, mas sua taxação fazendo uso de conceitos aplicáveis a uma aceção de moeda.

### 3.1.5. Instrução Normativa n. 1.888/2019, Receita Federal

No que tange à aplicabilidade de legislações tributárias, em 3 de maio de 2019, foi publicada no Diário Oficial da União a Instrução Normativa n. 1.888<sup>101</sup>, a qual discorre sobre a prestação à Receita Federal de informações relacionadas a compra e venda de criptoativos tanto pelos indivíduos quanto pelas empresas de intermediação de operações, com objetivo de certificar que os valores correntes das transações em Bitcoin são devidamente tributados.

O primeiro elemento que merece destaque neste documento é a presença de um novo conceito, elaborado por uma entidade estatal, de criptoativos e de suas operações:

Art. 5º Para fins do disposto nesta Instrução Normativa, considera-se:

**I - criptoativo: a representação digital de valor denominada em sua própria unidade de conta, cujo preço pode ser expresso em moeda soberana local ou estrangeira**, transacionado eletronicamente com a utilização de criptografia e de tecnologias de registros distribuídos, que pode ser utilizado como forma de investimento, instrumento de transferência de valores ou acesso a serviços, e que não constitui moeda de curso legal; e

**II - exchange de criptoativo: a pessoa jurídica, ainda que não financeira, que oferece serviços referentes a operações realizadas com criptoativos, inclusive intermediação, negociação ou custódia, e que pode aceitar quaisquer meios de pagamento, inclusive outros criptoativos.**

Parágrafo único. Incluem-se no conceito de intermediação de operações realizadas com criptoativos, a disponibilização de ambientes para a realização das operações de compra e venda de criptoativo realizadas entre os próprios usuários de seus serviços. **(INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.888, DE 3 DE MAIO DE 2019. Receita Federal. 2019)**

Antes classificados pelo Banco Central apenas como uma moeda virtual sem emissão de uma autoridade soberana, os criptoativos receberam uma nova conceituação que os admite como uma representação de valor a qual pode-se

---

<sup>101</sup>**INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.888, DE 3 DE MAIO DE 2019.** Disponível em <<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/instrucao-normativa-rfb-1888-2019.htm>>, acesso em 22/10/2019, 15:07.



atribuir um preço com montante correspondente na moeda local. Não somente isso, mas a redação da IN, em seus arts. 6º a 9º, também traz especificações sobre quais tipos de operações com criptoativos devem ser declaradas à Receita Federal, informando: nome, endereço e domicílio fiscal, CPF ou CNPJ e demais informações de cadastro.

Com relação à *wallet*, num primeiro momento, não será necessário que as empresas de exchange (intermediárias) forneçam à receita o ID (número de identificação) envolvido nas operações. Contudo, apesar de não ser mandatório, é possível que essa informação venha a ser requisitada em casos investigativos. Esse é um ponto relevante da questão por cair no debate sobre a privacidade da rede de Bitcoin e Blockchain. Como exposto no primeiro capítulo, a rede é protegida por criptografia e as “chaves” para decriptografar as informações contidas nos blocos da Blockchain ficam armazenadas em *wallets* de cada proprietário. Sendo assim, há estudiosos que acreditam não ser o fornecimento do ID das wallets a solução ideal, por retirar a privacidade antes garantida pela plataforma.

Se um lado se perde em privacidade, do outro se ganharia em segurança, é o que afirmam os veículos de mídia<sup>102</sup>. Enquanto existe os defendem que o Bitcoin guarda essa característica da privacidade em comum com a cédula de papel, menos facilmente rastreável que as transações feitas com cartão, por exemplo, há pesquisadores - como o Professor da Universidade de Harvard, Kenneth Rogoff - que afirmam que grandes cédulas ou volumes vultosos de dinheiro de papel na atualidade geralmente estão associados a alguma atividade ilícita, o que corrobora para a ideia de segurança atrelada à uma diminuição da privacidade e ao fornecimento de informações.

Contudo, interessa notar que essa fiscalização aguçada feita pelas chamadas Exchanges, unido ao envio dos dados para a Receita, gerará um custo para essas empresas que provavelmente será repassado aos usuários da plataforma. Em dados de 2019<sup>103</sup> - ao contrário do que antes afirmava o Banco Central sobre Bitcoin e

---

<sup>102</sup> **Bitcoin no IR: As novas regras da Receita e como elas impactam o mercado de criptomoedas.** TOLOTTI, Rodrigo. 2019. Disponível em <<https://www.infomoney.com.br/onde-investir/bitcoin-no-ir-as-novas-regras-da-receita-e-como-elas-impactam-o-mercado-de-criptomoedas/>>, acesso em 17/10/2019, 17:09.

<sup>103</sup> **Bitcoin no IR: As novas regras da Receita e como elas impactam o mercado de criptomoedas.** TOLOTTI, Rodrigo. 2019. Disponível em

semelhantes não serem expressivos no mercado financeiro do Brasil - o mercado de criptoativos possui mais investidores do que a Bolsa de Valores de São Paulo atualmente, o que corrobora para a tendência citada ao longo desse trabalho de aumento da confiabilidade e numerosidade do sistema, bem como no consequente efeito de permeabilidade entre os mercados - fenômeno esse que já alcança o país.

Frente a esses dados é possível concluir que há o interesse na aplicação de legislações que evitem a evasão de divisas e a lavagem de dinheiro por meio de criptoativos e, por esse motivo, determinou-se a declaração à receita não somente de operações sem envolvimento de operadoras que ultrapassem o montante de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), mas também das que envolvam operadoras alocadas em outros países independente do valor. Ademais, a Instrução Normativa determina a declaração mensal por indivíduos detentores de unidades de bitcoin e também pelas operadoras instaladas no Brasil, além de prever penalidade de multa para aqueles que não apresentarem ou omitirem fragmentos de dados.

Ainda não se pode verificar qual será o efeito concreto dessa medida dentro do mercado nacional ou mesmo dentro do mercado de criptoativos, uma vez que as regras da IN 1.888 foram implementadas há menos de um semestre. Contudo, é possível especular que pode acontecer uma redução no interesse do brasileiro em investimentos nessa área.

### 3.1.6 Projeto de Lei 2.060/2019

O Projeto de Lei n. 2.060<sup>104</sup>, proposto em julho de 2019, tem como objetivo regular “o mercado de criptoativos no país, mediante definição de conceitos, diretrizes, sistema de licenciamento e supervisão do Banco Central e da CVM”.

Com um aspecto menos restritivo que os mencionados acima vigentes no âmbito nacional, a redação da proposta de lei conceitua criptoativos e reconhece a emissão e circulação destes de acordo com a legislação vigente. Não só isso, o texto também autoriza a emissão livre de criptoativos não sujeitos à regulação,

---

<<https://www.infomoney.com.br/onde-investir/bitcoin-no-ir-as-novas-regras-da-receita-e-como-elas-im-pactam-o-mercado-de-criptomoedas/>>, acesso em 17/10/2019, 17:09.

<sup>104</sup> **Projeto de Lei 2.060/2019.** Aureo Ribeiro - SOLIDARI/RJ. Disponível em <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1728497&filename=PL+2060/2019](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1728497&filename=PL+2060/2019)>, acesso em 17/11/2019, 17:16.

incluindo por pessoas jurídicas de direito público ou privado (neste caso vinculada de forma compatível às atividades do mercado de atuação de cada uma):

#### Capítulo III Das operações com Criptoativos

Art. 3º É reconhecida a emissão e circulação de Criptoativos, observado o disposto na legislação em vigor.

Art. 4º A emissão de Criptoativos, sob o escopo desta Lei, poderá ser realizada por pessoas jurídicas de direito público ou privado, estabelecidas no Brasil, desde que a finalidade à qual serve a emissão dos Criptoativos seja compatível com as suas atividades ou com seus mercados de atuação.

§ 1º Observado o disposto neste artigo, é livre a emissão de criptoativos de utilidade, bem como de outros tipos de criptoativos que, por sua natureza ou pela natureza dos bens, serviços e/ou direitos subjacentes, não estejam sujeitos à regulação específica.

§ 2º A emissão de criptoativos que, por sua natureza ou pela natureza dos bens, serviços ou direitos subjacentes, estejam sujeitos à regulação específica a ela devem se submeter. **(Projeto de Lei 2.060/2019. Aureo Ribeiro - SOLIDARI/RJ. 2019)**

No último capítulo presente na redação da proposta são feitas sugestões de alteração à legislação preexistente (lei sobre economia popular, valores mobiliários, código penal) com intuito de incluir esse novo ativo nas demais searas do ordenamento jurídico.

O documento justifica a proposta de lei, também, como uma tentativa de possibilitar efeitos positivos ao Sistema Financeiro Nacional por meio da utilização de elementos fortes da tecnologia. Por exemplo, o Blockchain e seu registro imutável evitariam a alta incidência de fraudes comerciais, além de facilitar o combate à lavagem de dinheiro e corrupção. Mais ainda, a justificativa destaca a importância de uma regulação menos restritiva, em virtude do aspecto “global” do Bitcoin e seus similares que depreende uma cooperação supranacional. Nesse sentido, para que seja instaurada uma cooperação eficaz, seria inviável a tentativa de aplicar um sistema tradicional à inovação tecnológica:

O projeto de lei em questão tem como finalidade criar um ambiente em que os elementos positivos da tecnologia do Blockchain sirvam a fomentar a higidez e transparência do Sistema Financeiro Nacional e ao mesmo tempo às necessidades da economia e aos anseios da população.

Os benefícios da regulação para utilização das Criptomoedas e Tokens Virtuais são diversos. **Essencialmente segura, a tecnologia, quando fomentada em ambiente regulado, constitui elemento instrumental à redução de fraudes nas relações comerciais, dada a imutabilidade de sua cadeia de blocos de dados. Serve, ademais, por seu caráter público, ao combate à lavagem de dinheiro e à corrupção, utilidade que se mostra premente no atual contexto brasileiro.**

O esforço regulatório está presente em todos os países e deve estar também em um nível supranacional, visto que o alcance dos Estados sobre tais operações é limitado. Porém, justamente para permitir uma coordenação mais ampla e eficaz, não pode a regulação interna ser desmedida a ponto de tolher transações entre agentes nacionais e entre agentes nacionais e estrangeiros. **O aspecto “sem fronteiras” é intrínseco às trocas de Criptomoedas e Tokens Virtuais, pelo que as regulações nacionais que incidem sobre tais operações não podem ser restritivas e congelar tal potencialidade ao tentar adequá-las aos moldes de investimentos e ativos financeiros tradicionais.** (Projeto de Lei 2.060/2019. Aureo Ribeiro - SOLIDARI/RJ. 2019)

Percebe-se que a abordagem da questão neste projeto de lei é feita sob um ponto de vista diferente dos posicionamentos citados acima, os quais mantinham em grande parte uma abordagem de proibição, restrição e aplicação de legislações pré-existentes para controle da circulação de capital.

Por fim, vale mencionar o art. 8º do Projeto n. 2.060, que traz um conceito próximo ao de *Sandbox* mencionado no tópico sobre as propostas de legislação do estado de Wyoming, nos Estados Unidos. Ou seja, aplica-se uma flexibilização do escopo regulatório, de modo que o quadro geral se torne menos restritivo e mais adequado a testes com a nova tecnologia no âmbito econômico e também jurídico.

### 3.1.7. Projeto de Lei 3.825/2019

Dando continuidade à exposição cronológica, em julho de 2019 iniciou-se à tramitação do PL 3.825/2019<sup>105</sup>. Com um teor mais restritivo que o projeto mencionado no subitem anterior, este documento possui abordagem mais próxima do posicionamento previamente adotado pela receita federal e pelo Banco Central, qual seja, de que o sistema pode facilitar a execução de atividades ilícitas, corrupção e lavagem de dinheiro e, por isso, deve haver um controle mais ativo da autoridade responsável para registrar e monitorar os agentes participantes nas transações que envolvem criptoativos:

**Assim, a falta de regulamentação e fiscalização desse novo e crescente setor representa sérios riscos aos investidores e à higidez da ordem econômico-financeira, diante da possibilidade de uso de tais ativos virtuais para o financiamento de atividades ilegais diversas, tais como lavagem de dinheiro, evasão de divisas e tráfico de entorpecentes, ou mesmo para a obtenção de ganhos ilícitos em**

<sup>105</sup> **PROJETO DE LEI Nº 3825, DE 2019.** Senador Flávio Arns (REDE/PR). Disponível em <[https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7973487&ts=1572974316434&disposition=in\\_line](https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7973487&ts=1572974316434&disposition=in_line)>, acesso em 17/10/2019. 17:11.

**detrimento da coletividade, como a criação de pirâmides financeiras e outros mecanismos fraudulentos.**

Em contraposição, países como EUA, Japão e Austrália já possuem regulação, em maior ou menor grau, sobre as empresas que efetuam operações com criptomoedas, inclusive contemplando sistema de licenciamento das exchanges. Além de uma série de informações sobre o negócio e os sócios, em geral a regulação desses países exige de tais empresas diversas medidas, tais como a adoção de política de prevenção a fraudes e à lavagem de dinheiro, e de mecanismos de compliance e gerenciamento de riscos, bem como demonstrações contábeis auditadas e manutenção de caução (surety bond) ou conta de custódia (trust account) em benefício de clientes na forma e valor definido pelas autoridades competentes. **(PROJETO DE LEI Nº 3825, DE 2019. Senador Flávio Arns (REDE/PR). 2019)**

É evidente, pois, a divergência entre este documento e o PL n. 2.060, já que o primeiro atribui problemas no Sistema Financeiro às operações com criptoativos e o segundo busca solucioná-los usando exatamente o mesmo tipo de tecnologia.

Para consolidar esse poder de polícia do Estado sobre o Bitcoin, a redação do projeto de lei traz conceitos básicos, cria um novo sistema de registro de exchanges e determina:

Art. 5º O processo de autorização para funcionamento da Exchange de criptoativos deve ser instruído com a apresentação de requerimento, mediante protocolo, ao Banco Central do Brasil, acompanhado de, no mínimo:

I – justificativa fundamentada;

II – documentação que identifique as pessoas que compõem o grupo econômico de que seja integrante a empresa e que possam vir a exercer influência direta ou indireta nos seus negócios;

III – documentação que identifique o grupo de controle da empresa e os detentores de participação qualificada, com as respectivas participações societárias;

IV – comprovação da origem e da respectiva movimentação financeira dos recursos utilizados no empreendimento pelos controladores e pelos detentores de participação qualificada;

e V – declaração, firmada pelos participantes do grupo de controle e pelos detentores de participação qualificada, relativa à inexistência de restrições que possam, a juízo do Banco Central do Brasil, afetar sua reputação, acompanhada das fichas de antecedentes criminais.

§ 1º A justificativa fundamentada mencionada no inciso I do caput deve contemplar, no mínimo:

I – capital social;

II – indicação pormenorizada dos serviços prestados;

III – público-alvo;

IV – local da sede e eventuais dependências;

V – sistemas e recursos tecnológicos;

VI – estrutura de governança e plano de gerenciamento de riscos.

§ 2º O Banco Central do Brasil poderá indicar, em regulamento, outros requisitos e documentos que julgar necessários.

§3º Qualquer alteração do modelo de negócio, como novo produto ou serviço, requer obtenção de licença junto ao Banco Central do Brasil.

(PROJETO DE LEI Nº 3825, DE 2019. Senador Flávio Arns (REDE/PR). 2019)

Aufere-se do texto acima e demais elementos do documento que o projeto de lei em tela se aproxima muito mais da abordagem dada ao tema pelo Japão: há a criação de um sistema que exige extensa documentação por parte das empresas de exchange e as mesmas são responsáveis por prestar informações a seus clientes e à Secretaria da Receita Federal do Brasil. Além disso, essas pessoas jurídicas não podem ostentar nome fantasia, para que os consumidores não sejam confundidos a respeito dos serviços prestados:

Art. 6º À Exchange de criptoativos é vedado o uso de denominação ou nome fantasia que contenha termos característicos das instituições do Sistema Financeiro Nacional, inclusive do termo “banco”, ou de expressões similares em vernáculo ou em idioma estrangeiro.

[...]

Art. 10. A Exchange de criptoativos deve prestar informações a seus clientes e usuários sobre a natureza e a complexidade das operações contratadas e dos serviços ofertados, em linguagem clara e objetiva, de forma a permitir ampla compreensão sobre as operações e os riscos incorridos. (PROJETO DE LEI Nº 3825, DE 2019. Senador Flávio Arns (REDE/PR). 2019)

Frise-se que o texto em tela também possui outro elemento destacado na nova legislação nipônica, qual seja, o estabelecimento de um órgão com atribuições de autoridade reguladora. Como se depreende do texto abaixo, é possível afirmar que no PL 3.825/2019 essas atribuições foram concedidas ao Banco Central:

Art. 13. Compete ao Banco Central do Brasil:

I – disciplinar as operações com criptoativos, inclusive no que se refere à supervisão prudencial e à contabilização das operações;

**II – editar normas complementares para as Exchanges de criptoativos, inclusive sobre o objeto social, a constituição, o funcionamento e a fiscalização;**

III – autorizar o funcionamento de Exchanges de criptoativos no País, transferência de controle, fusão, cisão e incorporação, inclusive quando envolver participação de pessoa física ou jurídica não residente, segundo abrangência e condições que fixar;

IV – estabelecer condições para o exercício de cargos em órgãos estatutários e contratuais;

**V – exercer vigilância sobre as operações com criptoativos;**

VI – supervisionar as Exchanges de criptoativos e aplicar as sanções administrativas cabíveis, com base na Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017;

VII – adotar medidas preventivas, com o objetivo de assegurar o bom e regular funcionamento das Exchanges de criptoativos, podendo:

a) estabelecer limites operacionais mínimos, inclusive em relação ao capital social integralizado e ao patrimônio líquido;

b) fixar regras de operação, de gerenciamento de riscos, de controles internos e de governança, inclusive quanto ao controle societário e aos mecanismos para assegurar a autonomia deliberativa dos órgãos de direção e de controle;

c) limitar ou suspender a venda de produtos, a prestação de serviços de pagamento e a utilização de modalidades operacionais;

d) adotar ações para promover competição, inclusão financeira e transparência na prestação de serviços que envolvam criptoativos;

VIII – cancelar, de ofício ou a pedido, de forma fundamentada, as autorizações de que trata o inciso III deste artigo;

**e IX – intervir nas Exchanges de criptoativos e decretar sua liquidação extrajudicial na forma e condições previstas na legislação especial aplicável às instituições financeiras.**

**§ 1º As competências do Banco Central do Brasil previstas neste artigo não afetam as atribuições legais do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, nem as dos outros órgãos ou entidades de governo responsáveis pela regulação e supervisão setorial.**

§ 2º O Banco Central do Brasil disciplinará as hipóteses de dispensa das autorizações de que trata o inciso III do caput.

§ 3º O Banco Central do Brasil poderá submeter a consulta pública as minutas dos atos normativos a serem editados no exercício das competências previstas nesta Lei. **(PROJETO DE LEI Nº 3825, DE 2019. Senador Flávio Arns (REDE/PR). 2019)**

Pelo exposto, vê-se que já existem no Brasil projetos de lei seguindo tanto um viés mais receptivo (Estados Unidos) quando restritivo (Japão) de regulação de criptoativos. Em outras palavras, o Brasil já possui projetos de lei no Congresso Nacional que espelham ambas vertentes de regulação pioneira exemplificadas no capítulo anterior. Os dados a respeito de seus efeitos longo prazo nos países de origem, contudo, ainda não são viáveis.

### 3.1.8. Nota do Banco Central

Por fim, em agosto de 2019, o Banco Central do Brasil publicou uma nota referente à inclusão do Bitcoin e demais criptoativos na balança comercial do país<sup>106</sup>:

**O Comitê de Estatísticas de Balanço de Pagamentos, órgão consultivo sobre metodologia das estatísticas do setor externo ao Departamento de Estatísticas do Fundo Monetário Internacional (FMI), recomendou classificar a compra e venda de criptoativos (especificamente aqueles para os quais não há emissor) como ativos não-financeiros produzidos, o que implica sua compilação na conta de bens do balanço de pagamentos. A atividade de mineração de criptomoedas, portanto, passa a ser tratada como um processo produtivo. A recomendação foi formalizada no texto “Treatment of Crypto Assets in Macroeconomic Statistics”. Por serem digitais, os criptoativos não tem registro aduaneiro, mas as compras e vendas por residentes no Brasil**

<sup>106</sup>**Estatísticas do setor externo.** Banco Central do Brasil. Disponível em <<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticassetorexterno>>, acesso em 18/10/2019, 15:10.

implicam a celebração de contratos de câmbio. As estatísticas de exportação e importação de bens passam, portanto, a incluir as compras e vendas de criptoativos. O Brasil tem sido importador líquido de criptoativos, o que tem contribuído para reduzir o superávit comercial na conta de bens do balanço de pagamentos. (**Estatísticas do setor externo**. Banco Central do Brasil. 2019)

Vê-se, pois, que os criptoativos não só foram incluídos na balança comercial do país, como a atividade de mineração passou a ser classificada como um processo produtivo. Como é sabido, balança comercial é um registro de importações e exportações de mercadorias<sup>107</sup> ocorridas no país com intuito de auferir, por seus valores, se o país se encontra em débito ou crédito.

Ao incluir o Bitcoin na balança de pagamento, presume-se que o mesmo foi considerado uma mercadoria, o que corrobora para o posicionamento de que o mesmo seria um ativo. Ocorre que, reafirmando o já exposto acima sobre o Comunicado n. 31.379, as operações realizadas envolvendo bitcoins e semelhantes também “implicam a celebração de contratos de câmbio”, o que levanta uma vez mais uma controvérsia a respeito da sua classificação.

Feitas todas essas considerações sobre o escopo regulatório nacional e internacional, bem como a análise de como o Bitcoin tem sido classificado jurídica e economicamente, passa-se à conclusão do presente trabalho.

---

<sup>107</sup>NOGAMI, Otto; PASSOS, Carlos Roberto. **Princípios de economia**. 7. ed., rev. - São Paulo, SP: Cengage Learning, 2017.



## CONCLUSÃO

Na égide do presente trabalho, tinha-se a hipótese que o Bitcoin e semelhantes não admitiam uma classificação ou alguma regulação dentro dos sistemas econômico-jurídicos existentes na atualidade. Mais ainda, acreditava-se que a proatividade dos Estados no sentido de estudar e promover alguma integração do Bitcoin em seus sistema era incipiente.

Logo no início da elaboração do texto, a primeira constatação foi a de que, não só os países individualmente demonstravam interesse em estudar a temática, como também as organizações internacionais. E, nesta seara, diversos conceitos foram se desenvolvendo ao longo dos anos e colocados por entidades como a União Europeia e o Banco Central Europeu.

Ainda assim, após a leitura de artigos e outras ferramentas de pesquisa, foi possível concluir que o conceito do Bitcoin permanece em constante mutação. Isso porque as definições de criações anteriores à esta tecnologia não abarcam em sua completude o funcionamento econômico ou jurídico deste criptoativo. Mais ainda, o estudo aprofundado de seu sistema levanta controvérsias a respeito da sua classificação como um ativo ou como uma moeda, ainda que uma moeda não embasada por um Estado soberano.

Isso porque, como demonstrado, apesar de o Bitcoin ser conceituado majoritariamente como um ativo, este apresenta atributos equivalentes ao de moedas (como divisibilidade, fungibilidade, durabilidade, etc), além de ser utilizado atualmente como reserva de valor e como meio de troca, inclusive existindo discussões a respeito de já ostentar também as características de uma unidade de conta. Nesse sentido, entende-se ser possível que a classificação do Bitcoin ainda sofra grandes alterações ao longo dos anos em virtude do desenvolvimento dessa tecnologia e de seus efeitos no âmbito econômico, visto que sua capitalização tem aumentado junto a um nível de estabilidade um pouco maior e também a um aumento do seu grau de influência no mercado.

No que tange à regulação, foram estudados os posicionamentos adotados pelos países frente ao Bitcoin, destacando-se as três tendências majoritárias citadas e contrapostas no capítulo 2. Nesse sentido, a primeira tendência de proibição do Bitcoin se apresenta como uma tentativa de dissociar a economia do país e o

sistema deste criptoativo, aliada a uma ausência de reconhecimento ou confiança em seu funcionamento (o Brasil, ainda que não tenha expressamente proibido o Bitcoin na época de sua criação, adotou uma postura de não reconhecimento desta tecnologia nos primeiros anos de funcionamento do sistema). Contudo, como demonstrado, o desenvolvimento natural desta tecnologia não permitiu uma separação completa, tendo os efeitos no mercado de Bitcoin ultrapassado cada vez mais o seu *locus* e afetado o mercado dos países, seja do ponto de vista fiscal, econômico ou penal.

Assim, o segundo escopo regulatório estudado, e também o majoritariamente adotado no presente ao redor do globo, mostra um interesse dos Estados em regular a seara fiscal e as tipificações relacionadas à lavagem de dinheiro, num intuito de evitar danos à arrecadação e à economia interna do país, sem entretanto desconstruir a noção do Bitcoin como uma moeda rival e potencialmente danosa à economia nacional. Dentro de uma revisão cronológica do posicionamento adotado pelo Brasil, é possível concluir que esta é a tendência seguida atualmente, uma vez que existem instruções publicadas pela Receita Federal e pelo Banco Central sobre como proceder a respeito da arrecadação fiscal e das operações feitas com unidades de bitcoin.

Por fim, foram demonstrados exemplos de desenvolvimento de vastas legislações com a edição de ferramentas legais para integração do Bitcoin ao meio econômico desses países, em grau mais ou menos restritivos, ambas as quais já apresentam exemplos de Projetos de Lei até certo ponto semelhantes dentro do cenário brasileiro. Uma vez que essas legislações são extremamente recentes, ainda não é possível aferir quais serão seus efeitos concretos na economia e no direito e, além disso, se há algum benefício em optar por uma abordagem mais ou menos restritiva de legislação.

Em termos gerais, é possível afirmar que tanto a conceituação como a regulação do Bitcoin permanecem em desenvolvimento rápido e constante. Com relação ao Brasil, este segue atualmente a tendência majoritária de posicionamento regulatório a respeito da temática, qual seja, Bitcoin como um ativo para fins de incidência de carga fiscal e de tipificações de lavagem de dinheiro, acompanhando uma posição mais defensiva frente às operações com unidades de bitcoin. Nesse

sentido, é necessário aguardar o desdobramento de estudos futuros para que sejam efetivamente consolidados seus conceitos e classificações no intuito de determinar se há, e qual seria, o modelo regulatório ideal para a temática.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONPOULOS, A. **The Internet of Money: A collection of talks by Andreas M. Antonopoulos**. Createspace Independent Publishing Platform, 30 agosto de 2016

AL-SHIKARCHY, M; BAUM, S; GHEORGHIU, L. **Canadian taxation of cryptocurrency ... so far**, 2017. Disponível em <https://www.lexology.com/library/detail.aspx?g=6283077e-9d32-4531-81a5-56355fa54f47>.

**PROJETO DE LEI Nº 3825, DE 2019**. Senador ARNS, F. (REDE/PR). Disponível em <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7973487&ts=1572974316434&disposition=inline>, acesso em 17/10/2019. 17:11.

AWATAGUCHI, T; NAGASE, T. **Blockchain and cryptocurrency regulation 2020 Japan**. Disponível em <https://www.globallegalinsights.com/practice-areas/blockchain-laws-and-regulations/japan>.

**COMUNICADO Nº 25.306, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2014**, Banco Central do Brasil. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Comunicado&numero=25306>, acesso em 21/10/2019, 16:56.

**COMUNICADO Nº 31.379, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017**. Banco Central do Brasil. 2017. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Comunicado&numero=31379>, acesso em 21/10/2019. 17:05.

**Estatísticas do setor externo**. Banco Central do Brasil. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticassetorexterno>, acesso em 18/10/2019, 15:10.

BATISTA. C. JÚNIOR, Otávio. **Direito Tributário Na Era Digital: a viabilidade de incidência de IOF sobre criptomoedas**. 2017. – UFPE, Recife, 2017

**BILL NO. HB0074**. SIXTY-FIFTH LEGISLATURE OF THE STATE OF WYOMING 2019 GENERAL SESSION. ORIGINAL HOUSE.

**Bitcoin History: The Complete History of Bitcoin [Timeline]**. Disponível em: <http://historyofbitcoin.org/>, acesso em 20 mai 2019, 15:36.

Blundell-Wignall, A. (2014), “**The Bitcoin Question: Currency versus Trust-less Transfer Technology**”, OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions, No. 37, OECD Publishing

BOGART, S. **Bitcoin is a Demographic Mega-Trend: Data Analysis**. 2019. Disponível em <https://medium.com/blockchain-capital-blog/bitcoin-is-a-demographic-mega-trend-data-analysis-160d2f7731e5>, acessado em 12/10/2019, 00:28.

BOYAPATI, V. **The Bullish Case for Bitcoin**. 2018. Disponível em <<https://medium.com/@vijayboyapati/the-bullish-case-for-bitcoin-6ecc8bdecc1>>, acesso em 15/10/2019, 15:37.

BURNISKE, B; TATAR, J. **Cryptoassets: The Innovative Investor's Guide to Bitcoin and Beyond**. McGraw-Hill Education; 1 edição, 19 de outubro de 2017. PP 132 e ss.

CASEY, M. B. **Speculative Bitcoin Adoption/Price Theory**. 2016. Disponível em <<https://medium.com/@mcasey0827/speculative-bitcoin-adoption-price-theory-2eed48ecf7da>>, acesso em 16/10/2019, 14:05.

COMMITTEE ON PAYMENTS AND MARKET INFRASTRUCTURES, Bank For International Settlements. **Digital Currencies**. 2015. Disponível em <<https://www.bis.org/cpmi/publ/d137.pdf>> acesso em 23 mai 2019, pp.8.

**Cryptocurrency: Definition of cryptocurrency by Lexico**. Lexico Dictionaries | English. Disponível em: <<https://en.oxforddictionaries.com/definition/cryptocurrency>>.

**Brasileiro tem que declarar bitcoin; IR pode ser cobrado**. CUCOLO, Eduardo. Folha de São Paulo. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/04/1436809-brasileiro-tem-que-declarar-bitcoin-ir-pode-ser-cobrado.shtml>>, acesso em 21/10/2019, 17:00.

**CURRENCY: meaning in the Cambridge English Dictionary**. Cambridge Dictionary. Disponível em: <<https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/currency>>, acesso em 23 mai. 2019.

**DIRECTORATE FOR FINANCIAL AND ENTERPRISE AFFAIRS COMPETITION COMMITTEE, Blockchain Technology and Competition Policy - Issues paper by the Secretariat**, 2018. Disponível em <[https://one.oecd.org/document/DAF/COMP/WD\(2018\)47/en/pdf](https://one.oecd.org/document/DAF/COMP/WD(2018)47/en/pdf)>.

EUROSYSTEM, European Central Bank. **Virtual Currency Schemes**. Germany, 2012. Disponível em: <<https://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/other/virtualcurrencyschemes201210en.pdf>>, pp. 13, acesso em 21 mai. 2019.

**FILE NO. SF0125**. SIXTY-FIFTH LEGISLATURE OF THE STATE OF WYOMING 2019 GENERAL SESSION. ORIGINAL SENATE.

**FILE NO. SF0111**. SIXTY-FOURTH LEGISLATURE OF THE STATE OF WYOMING 2018 BUDGET SESSION. ORIGINAL SENATE.

**FILE NO. SF0104**. SIXTY-FIFTH LEGISLATURE OF THE STATE OF WYOMING 2019 GENERAL SESSION. ORIGINAL SENATE.

FOBE, Nicole Julie. **O Bitcoin como moeda paralela – uma visão econômica e a multiplicidade de desdobramentos jurídicos**. Dissertação - Mestrado. FGV. 2016.

Government of Canada. **Digital Currency**. Disponível em <<https://www.canada.ca/en/financial-consumer-agency/services/payment/digital-currency.html>>.

HELMS, K. **Japan Reveals Expectations for Crypto Industry Self-Regulation**, 2018. Disponível em <<https://news.bitcoin.com/japan-cryptocurrency-industry-self-regulation/>>.

Prof. Dr. HOUBEN, Robby e SNYERS, Alexander, EUROPEAN UNION, European Parliament. **Cryptocurrencies and blockchain**. Brussels. 2018. Disponível em <<http://www.europarl.europa.eu/cmsdata/150761/TAX3%20Study%20on%20cryptocurrencies%20and%20blockchain.pdf>>, acesso em 23 mai 2019.

**How cash is becoming a thing of the past**. Produção: DW Documentary. 2018. 42 min. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=GbECT1J9bXg>>

WASHINGTON, International Bank for Reconstruction and Development/ the World Bank. **Distributed Ledger Technology (DLT) and Blockchain**. 2017. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/177911513714062215/pdf/122140-WP-PUBLIC-Distributed-Ledger-Technology-and-Blockchain-Fintech-Notes.pdf>>, acesso em 23 mai 2019.

INTERNATIONAL MONETARY FUND, **Monetary and Capital Markets, Legal, and Strategy and Policy Review Departments. Virtual Currencies and Beyond: Initial Considerations**. 2016. Disponível em <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/sdn/2016/sdn1603.pdf>>, acesso em 22 mai 2019.

**Intro to Wyoming Crypto Law**. Medium. 2019. Disponível em <<https://medium.com/cryptolawreview/intro-to-wyoming-crypto-law-1f7ffa10c0a7>>, acessado em 24/10/2019, 15:50

México, **LEY PARA REGULAR LAS INSTITUCIONES DE TECNOLOGÍA FINANCIERA**, 2018. Disponível em <[http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/LRITF\\_090318.pdf](http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/LRITF_090318.pdf)>.

México, **LEY FEDERAL PARA LA PREVENCIÓN E IDENTIFICACIÓN DE OPERACIONES CON RECURSOS DE PROCEDENCIA ILÍCITA**, 2018. Disponível em <[http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/LFPIORPI\\_090318.pdf](http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/LFPIORPI_090318.pdf)>.

**What do Wyoming's New 13 Blockchain Laws Means?**, LONG, Caitlin. Forbes. 2019. Disponível em <<https://www.forbes.com/sites/caitlinlong/2019/03/04/what-do-wyomings-new-blockchain-laws-mean/>>, acesso em 20/10/2019, 16:50.

Marian, Omri. **Are Cryptocurrencies Super Tax Havens?**, 112 Mich. L. Rev. First Impressions 38 (2013). Disponível em <[http://repository.law.umich.edu/mlr\\_fi/vol112/iss1/2](http://repository.law.umich.edu/mlr_fi/vol112/iss1/2)>.

NAKAMOTO, S.; **Bitcoin: A Peer-to-Peer Electronic Cash System**. Disponível em <<https://bitcoin.org/bitcoin.pdf>>, acesso em 25 de maio de 2019.

NOGAMI, Otto; PASSOS, Carlos Roberto. **Princípios de economia**. 7. ed., rev. - São Paulo, SP: Cengage Learning, 2017.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, **How to deal with Bitcoin and other cryptocurrencies in the System of National Accounts?**, 2018. Disponível em <[http://www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=COM/SDD/DAF\(2018\)1&docLanguage=En](http://www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=COM/SDD/DAF(2018)1&docLanguage=En)>, acesso em 18 ago 2019, p.5, figura 2.1.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.888, DE 3 DE MAIO DE 2019**. Disponível em <<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/instrucao-normativa-rfb-1888-2019.htm>>, acesso em 22/10/2019, 15:07.

Library of Congress, **Regulation of Cryptocurrency Around the World**. Disponível em <<https://www.loc.gov/law/help/cryptocurrency/world-survey.php>>.

**Projeto de Lei n. 2.303/2015**. Aureo - SD/RJ. Disponível em <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=7D557E89D65F07C3A5DD8A8356F35872.proposicoesWebExterno2?codteor=1358969&filename=PL+2303/2015](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=7D557E89D65F07C3A5DD8A8356F35872.proposicoesWebExterno2?codteor=1358969&filename=PL+2303/2015)>, acesso em 21/10/2019. 17:02.

**Projeto de Lei 2.060/2019**. RIBEIRO, A. - SOLIDARI/RJ. Disponível em <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1728497&filename=PL+2060/2019](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1728497&filename=PL+2060/2019)>, acesso em 17/11/2019, 17:16.

SWANSON, A. **Why bitcoin just had an amazing year, 2017**. Disponível em <<https://www.washingtonpost.com/news/wonk/wp/2017/01/03/why-bitcoin-just-had-a-n-amazing-year/>>.

**The Sandbox Approach**. Disponível em <<https://www.pwc.in/consulting/financial-services/fintech/fintech-insights/the-sandbox-approach.html>>, acessado em 24/10/2019, 15:03.

**Bitcoin no IR: As novas regras da Receita e como elas impactam o mercado de criptomoedas**. TOLOTTI, Rodrigo. 2019. Disponível em <<https://www.infomoney.com.br/onde-investir/bitcoin-no-ir-as-novas-regras-da-receita-e-como-elas-impactam-o-mercado-de-criptomoedas/>>, acesso em 17/10/2019, 17:09.